**Subsídios para as Constituições**

**dos Frades Menores Capuchinhos**

AD 2020

****

**As Constituições dos Capuchinhos de 2013**

**Uma leitura teológica**

*por fr. Francesco Neri OFM Cap*

**1. O caminho pós-conciliar das Constituições capuchinhas**

Os Capuchinhos revisaram suas Constituições no Capítulo Geral (2012)[[1]](#footnote-1). O texto foi aprovado pela Santa Sé em 2013, tornando-se assim a terceira versão das Constituições pós-conciliar. De fato, esquematicamente, a história das Constituições pode ser dividida em duas seções; a primeira vai desde as origens até o Vaticano II, a segunda vem do Vaticano II e chega até os dias atuais.

Esta segunda fase começa com o capítulo geral de 1964, que inicia o processo de revisão das Constituições segundo os critérios conciliares e conduz ao texto aprovado pelo capítulo geral de 1968 em caráter experimental. Este texto, minimamente modificado em 1970 e 1974 pelos capítulos gerais, foi consistentemente reorganizado e reescrito em 1982, promulgado em 1983, aprovado pela Santa Sé em 1986, posteriormente corrigido e integrado pela Ordem e apresentado a 1989, e finalmente aprovado em de forma completa da Santa Sé em 1990. Em suma, as duas datas que se destacam no recente percurso das Constituições são 1968 e 1986. Ao mesmo tempo, a Ordem fez um percurso de aprofundamento através dos cinco primeiros Conselhos Plenários (Quito 1971, Taizé 1973, Mattli 1978, Roma 1981) e na Assembleia de Lublin (1991). De um modo mais geral, na Igreja são colhidos frutos abundantes do evento conciliar na área do magistério e da teologia, com particular atenção à vida consagrada e à recuperação das fontes espirituais do franciscanismo e da ordem capuchinha. Em 2006, portanto, o capítulo geral prevê que a legislação fundadora da Ordem seja revisada, tanto para separar a parte inspiradora (destinada às Constituições) da parte disciplinar (destinada às ordenações gerais), quanto para reunir no novo texto ulterior enriquecimento resultante no processo do magistério e da teologia, bem como dos Conselhos Plenários VI e VII celebrados em Assis[[2]](#footnote-2).

Sem excluir a premissa constituída pelas *Ordenações* de Albacina (1529)[[3]](#footnote-3), não se pode estudar o texto atual das Constituições sem um conhecimento adequado das antigas Constituições, especialmente as de Santa Eufêmia (1536). As intervenções subsequentes não mudaram a contribuição da experiência e da espiritualidade e, em sua essência, permaneceram operacionais até o Vaticano II. Isso é válido não só do ponto de vista histórico-teológico, mas também do ponto de vista teológico-sistemático, pois ainda constituem uma chave interpretativa essencial para conhecer a identidade capuchinha, e que em muitos casos são mencionadas implícita ou explicitamente nas Constituições, em que, portanto, continuam presentes[[4]](#footnote-4).

Por outro lado, também não podem ser ignoradas as Constituições nas versões de 1968 e 1986. De fato, especialmente em relação a esta última, o texto atualmente em vigor não se propõe a ser totalmente alternativo, mas sim integrador, com uma ação que concilia *o respeito* e *o enriquecimento*. [[5]](#footnote-5)Portanto, todas as contribuições nas redações pós-conciliares das Constituições são úteis para estudar a redação atual [[6]](#footnote-6).

**2. O caminho pós-conciliar da teologia católica**

No campo teológico, o período que se seguiu ao Vaticano II foi caracterizado por uma extraordinária fecundidade[[7]](#footnote-7). Na sua origem está certamente o evento conciliar, que foi preparado pela renovação dos estudos bíblicos, litúrgicos, patrísticos e medievais, mas que também provocou importantes novas ondas na reflexão sistemática.

Do ponto de vista estrutural, deve-se considerar a recuperação da dimensão histórica e existencial no Apocalipse[[8]](#footnote-8) e, em particular, na cristologia[[9]](#footnote-9). Isso resultou não só na elaboração de uma nova teologia fundamental e de uma nova atenção à teologia da história, mas também e sobretudo na recuperação da centralidade do mistério da Páscoa, que a deriva de Niceia de algum modo subordinara ao mistério da Encarnação[[10]](#footnote-10).

Além disso, a perspectiva trinitária foi recuperada na cristologia, e a centralidade da relação de Jesus com o Pai foi redescoberta, no vínculo do Espírito Santo. Isso levou à redescoberta do mistério do Deus Uno e Trino não apenas como um dos tratados de dogmática, talvez o mais abstruso e inútil, mas como o coração da teologia e como a estrutura sobre a qual organizam todos os outros setores da sistemática teologia[[11]](#footnote-11). Além disso, a reinterpretação em chave trinitária aplicou ética[[12]](#footnote-12) e ontologia[[13]](#footnote-13).

Precisamente à luz do mistério trinitário, a Igreja foi reinterpretada na categoria de comunhão, foco de uma elipse que tem o outro polo na missão[[14]](#footnote-14).

A antropologia tem aumentado muito a sua importância, por um lado enfatizando a inter-relação entre cristologia e antropologia[[15]](#footnote-15) por outro acentuando no homem o componente da relacionalidade como fonte da relacionalidade divina[[16]](#footnote-16).

Do ponto de vista subjetivo e temático, a teologia pós-conciliar viu emergir novas vozes, especialmente as dos leigos e das mulheres, e de novos contextos, particularmente na América Latina, África e Ásia. Novos temas têm sido objeto de estudo, a partir de problemas contemporâneos, como justiça e paz, proteção da criação, bioética e neurociência. E novamente surgiram novos fóruns de discussão e aprofundamento, como o diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural[[17]](#footnote-17).

Tudo isso - o cristocentrismo pascal e trinitário, a eclesiologia da comunhão, a antropologia da relação - repercutiu então na renovação da teologia da vida consagrada. E neste ponto, depois da teologia, é preciso considerar o caminho paralelo do magistério, que ora recebeu, ora induziu os caminhos da teologia. De fato, no que diz respeito à vida consagrada, depois das do Vaticano II, o documento magistral mais presente nas novas Constituições é a Exortação Apostólica *Vita consecrata* (1996), emitida por João Paulo II após o Sínodo de 1994[[18]](#footnote-18).

Outros textos pós-conciliares de referência mais global e diferentemente incisivos nas Constituições são o *Código de Direito Canônico* (1983) e o *Catecismo da Igreja Católica* (1992).

Com base nessas premissas, entramos na exploração da teologia disseminada no texto constitucional.

**3. Temas teológicos nas Constituições**

As Constituições são um texto de natureza eminentemente jurídica. Sua função é disciplinar a vida dos frades, onde quer que estejam presentes, em seus principais aspectos. Contudo, tanto porque se dirigem aos religiosos da Igreja Católica, como porque, segundo um cunho mantido há cerca de cinco séculos, as Constituições dos Capuchinhos entrelaçam o componente espiritual e o componente normativo, contêm inevitavelmente um denso componente teológico. O estudo deles deve envolver a esfera jurídica e aquela do franciscanismo, ser conduzido em uma perspectiva histórica e filológica, seguindo seu contorno psicológico e formativo, mas deve levar também em consideração a contribuição da teologia que neles está contida. Articularemos o exame nos três núcleos do mistério de Deus, do mistério da Igreja, do mistério do homem.

**3.1. *O mistério de Deus***

Podemos catalogar os textos constitucionais que falam de Deus[[19]](#footnote-19) em grupos: (a) os textos que falam de Deus apresentando a Santíssima Trindade do ponto de vista da unidade substancial; (b) os textos que apresentam o mistério divino na articulação das três Pessoas; (c) textos que mencionam distintamente apenas uma Pessoa e, portanto, o Pai ou Jesus ou o Espírito; (d) finalmente alguns textos que usam o termo "Deus" ou o termo "Senhor", sem contudo serem entendidos com certeza de referência ao Pai ou a Jesus ou à Santíssima Trindade considerados *sub specie unitatis* . Para fins práticos seguiremos a ordem do Sinal, o mesmo adotado pelo *Catecismo da Igreja Católica*, para o qual consideraremos distintamente as três Pessoas divinas na sucessão do mandamento batismal, e depois examinaremos os textos trinitários que apresentam as Pessoas conjuntamente.

1. A pessoa de*Deus Pai* é considerada antes de tudo, de acordo com o primeiro artigo do Credo, como o princípio da *criação*. O Pai é o Criador (13,4), que na criação expressou seu poder (105,3), fazendo tudo com sabedoria e amor (18,1). Ele volta seu olhar para o mundo (13,4) e sob o olhar do Pai o mundo é chamado a viver como uma família (13,1: *AG* 1). Deus dá testemunho de si mesmo antes de tudo na criação, de fato "em todas as criaturas" (45,2).

Mas Deus também entra na história com sua *providência* (67,1), com a qual cuida constantemente dos homens (77,1; 108,1; 178,3), e com a qual chama os homens a se tornarem colaboradores (108,2). Ele "está presente e atua na história do mundo" (108.5), de modo a manifestar sua providência "nos acontecimentos e fatos, mas também nas correntes de pensamento e experiências de vida" (108.4). Com efeito, Deus "semeou coisas boas e belas no coração do homem e na harmonia da criação" (156,1).

Deus entra na história novamente através da *revelação*. Ele já fala "nos sinais dos tempos, na vida dos homens, em nossos corações" (45,2), mas, como "nos amou primeiro" (45,2), enviou o Filho (88, 2; 157,3), o Unigênito, por amor ao mundo (105,4), e no Filho, no Verbo Encarnado, "revelou-se e nos deu a conhecer o mistério da sua vontade" (158, 2), o próprio desígnio (17,3). Ele constituiu Cristo "juiz, legislador e salvação dos homens" (189,2), e junto com o Espírito deu testemunho dele (189,2).

Ele, portanto, chama homens e mulheres a "seguirem os passos de seu Filho amado" (16,3), e recompensará aqueles que perseverarem nesse seguimento até o fim (168,5). A oferta do Pai é universal, isto é, dirigida a todos os homens, a quem ele chama a "participar da obra da criação pelo trabalho" (78,1), e a todo homem, aquele que "vê em secreto" (147,7) e "com a sua voz fala ao coração" (45,1.3). No entanto, o Pai é também aquele que "revela aos pequeninos os segredos do reino dos céus" (24,3), pois "Ele ama e busca os pobres" (60,3; 61,6).

Ele reúne o seu povo, que é a Igreja, e nela chama os cristãos de todos os estados para trabalharem no seu campo (80,4) e alcançarem a perfeição da caridade (16,1). Deus enviou os apóstolos por todo o mundo (15,2), continua a falar à Igreja na liturgia (53,1), dá talentos (79,2; 81,1; 87,4), estabelece ministérios (117, 3), inspira o apostolado, incluindo o individual (148,1). Alguns então, por amor (162.1), aqueles que ele quer, os chama para se entregarem a Ele (16.3; 17.5; 44.1) na vida religiosa (16.3), e mais particularmente na Ordem dos Capuchinhos (162.1), sem nunca revogar seus dons (184,2) e assegurar a ajuda necessária para viver a consagração (171,4). O Pai dá à Fraternidade cada irmão (28,1) na diversidade dos dons (79,2; 89,1), e em particular os ministros (12,2), e manifesta sua bondade e benignidade "também através do rosto dos frades e a vida das fraternidades" (45,8).

O rosto do Pai é delineado com a afirmação de que ele é caridade (59,1; 109,1), bondade (16,1; 44,4, 45,8; 67,1), benignidade (45,8), amor que acolhe e perdoa (163,1), paciência (60,5), mansidão ( 60,5), misericórdia (51,2; 152,2), compaixão (14,2), humildade (14,2; 60,2; 60,5), onipotência (21,4; 105,3; 109,5), sabedoria (105,3), paz (44,4), santidade (21,4; 109,1; 152,2) ), beleza (160 , 5; 56,1; 156,1; 169,3,4), esplendor infinito (169,3), graça multiforme (57,2). O Pai é altíssimo (77.4), "Supremo Bem e todo Bem, do qual todo bem procede" (13.1.2; 46.6; 108.5), "toda a nossa riqueza e suficiência" (77.4), o vivente (106.4), o Absoluto de que os homens têm sede (59,2; 181,2).

À adoração do Pai, São Francisco atrai o sentimento da fraternidade universal (13,1), e a ele reconduz o dom dos irmãos e a revelação da vida segundo a forma do santo Evangelho (4,1). Por isso os frades, na esteira do fundador e como todos os seus filhos, oferecem a vida totalmente a Deus por meio da consagração (9,2; 21,4; 35,3; 47,1). Eles são chamados a servir, amar, adorar e honrar a Deus com um coração puro e uma mente pura (59,1); adorar a Deus em espírito e verdade (33,1; 54,2); amar a Deus sobre todas as coisas (9,3; 174,1); fixar em Deus a mente em Deus (47,6), o olhar e o coração (59,2); a Ele para dirigir todas as intenções e pontos fortes (80,4); buscar a vontade de Deus em cada evento e em cada ação (158,6.7); oferecer a vontade a Deus (158,7; 159,3; 160,2; 165; 166); atrair os homens para amar a Deus com alegria (15,5) para viver para a glória de Deus (9,3). Assim, as fraternidades locais têm a missão de ser lugar para buscar Deus para amá-lo em tudo e acima de tudo (161,1; 181,2), e o capítulo tem a finalidade de buscar a vontade de Deus (141,2).

O plano de Deus é um plano de salvação, no qual ele nos pede para participar todos os dias (17,3; 51,1; 184,1), e que pode ser identificado através dos sinais dos tempos (149,1), pois se insinua na trama da história, na religiosidade popular e nas culturas particulares das diferentes regiões (50,4). Ele também fala na liturgia (53,1), portanto pode ser experimentada na oração (46,6; 52,2; 55,7), louvando-o e meditando em sua Palavra (15,5; 49,5); falando-lhe de coração (52,2), com confiança (80,4; 177,5), estabelecendo com ele uma conversa filial (45,5), a ponto de oferecer a Deus, unido a Cristo na Eucaristia, o louvor da criação (13,2 ) e a fadiga e o fruto do trabalho diário (80,4).

Portanto, o Pai é fonte e conteúdo da esperança na história (168,4) na medida em que está presente com a sua Providência (108,1), acolhe o clamor dos pobres (46,3) ordenando-lhes a sua mesa (68,4; 111,6), e atua na história do mundo (108,5), também nos eventos cotidianos e nas realidades humanas (50,3), bem como nas culturas e religiões (117,7). Mas Deus Pai é finalmente a recompensa eterna para aqueles que perseveram até o fim (168,5) e serão introduzidos em seu descanso (52,2), quando ele será tudo em todos (169,6).

2. O Senhor *Jesus Cristo* [[20]](#footnote-20)é "o Filho que tudo recebe do Pai e tudo comunica ao Pai no Espírito" (60,2). Ele é o "princípio e fim" da criação (105,2), o primogênito das criaturas (13,1), em cada uma das quais sua imagem pode ser vista (13,1; 46,7).

Ele é o Verbo que Deus pronuncia na história (45,2) através da Encarnação. Enviado pelo Pai ao mundo (146,1; 157,3) como dom de amor (105,4), assumiu "a condição de servo, não veio para ser servido, mas para servir, para dar a vida pela salvação de todos "(14,1). Ele, rico como era, entra no mundo em condição de pobreza, para nos tornar ricos por meio de si (60,2), e assim se manifesta "a maior manifestação da humildade de Deus" (60,2).

Nascido de Maria (181,3) no presépio (60,3), é pobre e humilde (16,4; 46,3). Encontra-se em condição de vida virginal (169,4), e durante a vida oculta trabalha com as próprias mãos, experimentando fadiga (78,2).

Tendo recebido a missão do Pai (111,1) e "consagrado com a unção do Espírito" (146,1) no batismo, guiado pelo Espírito Santo, retira-se para o deserto e ali jejua quarenta dias e quarenta noites (111 ,1).

Anuncia o Evangelho do Reino de Deus aos pobres (15,4; 60,2; 109,1; 146,1; 150,1), a quem o Pai procura com amor (60,3). Percorre as cidades e aldeias (153,2), vivendo como peregrino (104,1). Ele cura toda doença e toda enfermidade (153,2). Ele chama todos à conversão (109,1), e alguns a seguir, como o jovem rico (19,1). Reza incessantemente (15,1), retirando-se em contemplação na montanha (15,4), partilhando o que vivem seus irmãos (50,1,5).

Tendo vindo não para ser servido, mas para servir, ele lava os pés dos apóstolos e os recomenda a fazer o mesmo (159.1), querendo uma unidade fraterna tão perfeita que faça o mundo reconhecer que o Filho foi enviado pelo Pai (157.3).

Alimenta-se da vontade do Pai (158,3), na qual entrega a própria vontade (165,1), e torna-se obediente até a morte (22,2; 158,1) na Cruz, aprendendo a obediência da paixão (165,5).

Com a Cruz, Jesus nos ama primeiro, até a doação suprema de si (170,1), para a salvação de todos (14,1), libertando-nos da escravidão do pecado (158,1). Seu lado transpassado é sacramento de unidade (88,3). No "Senhor crucificado nu" (60,5) alcança o seu cumprimento o mistério da humildade e da caridade, preparado pelo Natal (52,5) e perpetuado na Eucaristia (14,1).

A sua Ressurreição sustenta a nossa esperança (51,2), e na celebração da Eucaristia esperamos a sua glória (2,2).

Ressuscitado, o Senhor enviou os apóstolos para evangelizar todos os povos (15,2; 150,1; 175,1), para que sua missão continuasse na Igreja (146,2). O Ressuscitado une a Igreja a si mesmo na oração de louvor e intercessão que apresenta ao Pai em favor de todos os homens (49.1; 50.1). No Evangelho e nos sacramentos dados à Igreja, o Ressuscitado se faz presente com sua virtude salvadora (151,1; 158,4). Também está presente em forma germinal em culturas e religiões (177,7). O Senhor voltará em glória (2,2), quando se celebrará o encontro definitivo com ele (169,4) e pronunciará as palavras do juízo final (104,1).

São muitos os *títulos cristológicos* usados pelo texto constitucional. Começando pelos nomes trinitários, Jesus é o Filho de Deus (14,1; 88,2), o Filho do Pai (32,1), o Filho Amado (16,3), o Filho único (105,4), que tudo recebe do Pai, e comunica tudo com o Pai no Espírito (60,2); a imagem da bondade de Deus (189,2); o Verbo (151,4), o Verbo com o qual Deus fala (45,2), presente com suas sementes nas religiões e culturas (177,7), e finalmente o Verbo feito carne (158,2), o Deus-Homem (45.3). Do ponto de vista econômico, ele é o primogênito das criaturas (13,1), aquele que o Pai enviou ao mundo (146,1; 157,3); o caminho, a verdade e a vida (26,4); o irmão (61,2; 77,1), o primogênito entre muitos irmãos (88,2), no qual formam uma única família (5,4); o Evangelho de Deus (175,1); o Salvador (13.1) e Redentor (188.3); o Mestre (15,2), o Divino (150,3), excelente (54,2), sapientíssimo (19,1); a Sabedoria de Deus (188.3), a luz que ilumina os homens (105.4) e a salvação de todos os povos (181.3); o Servo (14,1), pobre, manso, humilde (16,4; 35,4; 46,3); o bom pastor (152,1); o Cordeiro ao lado do trono (49,2); a Esposa da Igreja (169.4), o Sacerdote que introduziu na terra o eterno cântico de louvor (49.2) e em cuja eterna mediação se funda a liturgia (47.1).

Em particular para os frades é o habito (35,4); vida, oração, ação (45,4); o conteúdo da pregação (150,4); aquele a seguir os passos (2,1), pelos discípulos (55,5 182,1), profetas (39,1) e testemunhas (182,3). Em Cristo estão os méritos, os exemplos de vida, as ajudas e as recompensas, e nele está fixado todo pensamento, toda reflexão e imitação (189,2).

Vale a pena trazer de volta a relíquia da doxologia conclusiva, que remonta às Constituições de 1536 e constitui um testemunho comovente do amor dos Capuchinhos por Cristo, mas é também um pequeno compêndio de cristologia. Jesus é chamado "a luz e a esperança dos povos, o fim da lei, a salvação de Deus, o Pai do século futuro, a Palavra e o poder que sustenta tudo e, finalmente, nossa esperança, na qual tudo é possível, tudo é suave e leve, que conhece a nossa fragilidade "(189,1), e ainda "Deus e homem, verdadeira luz e esplendor da glória, pureza da luz eterna e espelho imaculado, imagem da bondade de Deus, a quem o Pai fez juiz , legislador e salvação dos homens, de que o Pai e o Espírito Santo deram testemunho" (189,2).

Dele brota uma *relação dos frades* *com Cristo*, que é molde e crescimento (1,5), seguimento de um mestre (117,1), contato vivo para encontrar nele a identidade (32,3), pensamento e reflexão constante (189,2), devoção e imitação através de São Francisco (3.2), a busca de configuração e imitação (109.7), a assimilação de seus sentimentos (23.1), enraizando-se em seus exemplos e ensinamentos (10,2), o seguimento da pobreza (61, 1). O conhecimento de Cristo desenvolve-se na obediência (158.4), na oração (54.6), fixando o olhar sobre Ele, para conhecer a sua vontade e agradá-lo com o coração puro (188.3) e sobretudo com a prática evangélica (150.5), e participação e cooperação (93.3) na sua Cruz redentora, para ser lembrada (112.2), venerada e pregada (52.5), e completada também pela penitência (109.8) e aceitação das enfermidades (93.3). Cristo é assim o "centro espiritual da fraternidade" (83,4).

3. O *Espírito Santo*[[21]](#footnote-21)é apresentado em sua ação como "criador e santificador" (78,3); "Fogo ardente" (59,2); "O perdão dos pecados" (114,1); "Poder" (16,1; 169,1), "força" (157,4).

O Espírito agiu *sobre Jesus* consagrando-o com unção (146.1), guiando-o para o deserto (146.1). O Espírito deu testemunho de Cristo (189,2).

O Espírito também atua *na Igreja*, que ele estabeleceu no Pentecostes (181.3), e na qual está vivo e atuante (11.1). Leva-a a conhecer Cristo através do Evangelho (1,1), progredindo cada vez mais na sua compreensão (1,4). O Espírito guia a Igreja (1,2), vivifica-a (175,2), renova-a (184,3), move-a ao testemunho evangélico (157,4), sustentando a missão com as suas próprias forças (146,2). O Espírito também enriquece a Igreja com dons e carismas (10,1), desperta nela famílias espirituais (10,1), e na consagração religiosa o Espírito Santo coloca em um estado de vida que anuncia a futura ressurreição e a glória do Reino (33,2), participa do mistério da Igreja totalmente dedicada ao Esposo e prepara-se para o encontro definitivo com ele (169,4).

Ainda atua *em cada religioso*, colocando-se igualmente sobre os simples e nos pobres (24,3), derramando amor nos corações (169,2), instruindo com a própria voz (9,3), fortalecendo a fé (182,3), despertando o amor pela beleza divina (169,4) e mesmo transfigurando aqueles que vivem na castidade em beleza divina 169,3; oração comovente e unificadora (45,1; 46,5) e ação (46,5). O Espírito conforma o religioso a Cristo, unindo-o ao seu mistério (33,2) e fazendo-o crescer nele (52,4), transformando-o à imagem de Cristo (16,3), levando-o a assimilar os seus sentimentos (23,1: *Phil*), e por meio dele oferecer-se ao Pai (48,4). Assim o Espírito, que clama em nossos corações "Abba, Pai" (45,5), nos conduz ao Pai (2,1).

O Espírito então atua *na Ordem*. Ele, que encheu (8,1) e inflamou São Francisco (13,1), também despertou sua fraternidade apostólica (146,3). Portanto, ele é seu guia (1,4; 59,3; 117,1), reúne os frades na mesma vocação (13,3), conduz o caminho do discipulado que é a formação (23,1) e é autor nele, enquanto vivifica tanto os formadores como os formandos (24,1), e atua efetivamente no professo (21,4). Como todo crente e toda a Igreja, os frades são chamados a responder à ação do Espírito com docilidade (4,2; 158,2) e generosidade (114,5), para ouvir sua voz (9,3), obedecê-lo fielmente (11,1) sem extingui-lo (7,5), e sobretudo "desejar o espírito do Senhor e sua santa operação" (38,1; 44,4; 45,8; 146,4; 168,5), garantindo que nada impeça, nada separa, nada intervém para que o Espírito do Senhor atue e se manifeste (174,2), seja interiormente purificado, interiormente iluminado e inflamado pelo seu fogo do Espírito Santo (59,2) .

4. Por fim, examinemos os textos trinitários gerais. [[22]](#footnote-22)Comecemos pelos organizados segundo a articulação tri-pessoal. Alguns chegam a considerar a Santíssima Trindade em sua *dimensão imanente*, apresentando "o amor infinito que une as três Pessoas divinas" (169,2). "O Deus Altíssimo, Trindade perfeita e Unidade simples, é mistério de humildade" (60,1), e o fundamento de toda obra salvífica histórica é "a pura relação de amor entre as Pessoas divinas" (60,1). Ele se mostra a nós em "Jesus Cristo, o Filho que tudo recebe do Pai e tudo comunica ao Pai no Espírito" (60,2).

Outros textos apresentam a Trindade em *uma dimensão econômica*. A história da salvação traduz-se na missão que o Pai cumpriu do Filho, "o primogênito entre muitos irmãos" (88,2), "consagrado com a unção do Espírito" (146,1), "guiado pelo Espírito" (111,1), "para fazer dos homens uma fraternidade pela sua morte e ressurreição e pelo dom do Espírito Santo" (88,2). O Pai e o Espírito Santo deram testemunho de Cristo (189,2).

A obra da salvação tem o seu ápice em *Maria*, Mãe de Deus, filha e serva do Pai, mãe do Filho e esposa do Espírito Santo (52,6).

No modelo mariano, a Igreja escuta o Verbo feito carne, dócil à ação do Espírito, para corresponder ao desígnio do Pai (158,2). A *Igreja* é, de fato, mistério de comunhão, que resplandece sobretudo na vida fraterna, "espaço humano habitado pela Trindade" (88,3).

A própria *Ordem* é uma fraternidade, ou seja, uma comunhão de pessoas consagradas, guiadas pelo Espírito Santo, seguindo o Mestre Jesus, orientadas a realizar juntos a vontade do Pai (117,1). Com efeito, São Francisco ensina-nos a seguir as pegadas de Cristo pobre, humilde e crucificado, para sermos conduzidos, por Ele, no Espírito Santo, ao Pai (2, 1). Na Ordem, o Pai chama a dar-se a Ele, seguindo os passos de seu Filho amado para ser transformado à sua imagem pelo poder do Espírito Santo (16,3). A consagração na castidade consagrada é reflexo do amor infinito que une as três Pessoas divinas, testemunhado pelo Verbo que deu a sua vida e derramado nos corações pelo Espírito (169,2). Por isso, a *formação* na vida consagrada é considerada um itinerário guiado pelo Espírito Santo que leva progressivamente a assimilar os sentimentos de Jesus, Filho do Pai (23,1). A *profissão* se faz segundo a inspiração de seguir o Evangelho e as pegadas de Jesus, e consiste num voto a Deus Pai Santo e Todo-Poderoso, feito confiando na ação eficaz do Espírito Santo (21, 4). A *oração realiza uma conversa filial com* o Pai quando se vive Cristo e ora em seu Espírito, que clama no coração: Abba, Pai! (45,5). Com Jesus Cristo presente na Eucaristia, os frades oferecem a si mesmos e suas ações ao Pai por meio do Espírito (48,4). Da mesma forma, na liturgia das horas, os frades, para comemorar os mistérios da salvação, reúnem-se em nome de Cristo, para dar graças ao Pai no Espírito Santo (49,3). Na oração em geral, os frades se deixam conduzir pelo Espírito Santo, para crescer em Cristo e assim alcançar a plenitude da comunhão com o Pai e com os irmãos (52,4). O trabalho é interpretado a partir do Pai que fez tudo com sabedoria e amor, que chama todos a participar da *obra* da criação através do trabalho; do Verbo Encarnado, que trabalhou com mãos humanas e fez do trabalho um instrumento de salvação; do Espírito que é criador e santificador (78). Finalmente, *as relações fraternas* são fundadas no mistério de amor da perfeita Trindade e da santa unidade do Pai, do Filho e do Espírito (88,1).

Os textos que lemos apresentam a Santíssima Trindade segundo a articulação tri-pessoal, cada pessoa com suas respectivas propriedades. Outros textos apresentam a Trindade de forma equivalente, isto é, segundo o esquema do mandamento batismal. A vida fraterna tem seu fundamento "no mistério de amor da perfeita Trindade e da santa unidade do Pai, do Filho e do Espírito. Mistério de amor da perfeita Trindade e da santa unidade do Pai, da Filho e do Espírito" (88, 1). Toda a rede de relações fraternas se funda no mistério de amor da perfeita Trindade e da santa unidade do Pai, do Filho e do Espírito (88,1). Individualmente, os frades são chamados a construir em si mesmos uma casa e uma morada permanente ao Senhor Deus Todo-Poderoso, Pai, Filho e Espírito Santo (59,3). As Constituições concluem dirigindo "a Cristo, que com o Pai e o Espírito Santo vive e reina coeterno, consubstancial, coigual e um só Deus, sejam dados eterno louvor, honra e glória pelos séculos dos séculos" (189,3).

Outros textos apresentam a Trindade *sub specie unitatis*. A profissão é feita para louvor e glória da Santíssima Trindade (21,4; 33,1). São Francisco é lembrado quando, perto da morte, dá a bênção da Santíssima Trindade (188,1).

**3.2. O mistério da Igreja**

1. Passemos agora ao tema eclesiológico[[23]](#footnote-23). Consideraremos primeiro as imagens e definições da Igreja, depois o papel da Palavra e dos sacramentos na vida da Ordem.

Por isso é proclamada *Santa Madre Igreja* (10,5; 18,3c; 51,1; 183,2), e professa *una, santa, católica, apostólica* (10,6).

A Igreja é considerada em sua origem trinitária. É a Igreja do Pai, como *povo de Deus* (10,1; 19,6; 184,1). É a *morada de Deus* para a qual o mundo oferece pedras vivas (105,5).

É a Igreja do Filho, de cujo lado ela nasceu (88,3), e da qual é esposa (169,4). É *o Corpo de Cristo* (10,6; 51,1; 175,5), aliás o Corpo místico de Cristo (117,1), que o constituiu em comunhão de vida, caridade e verdade (10,1). Reunir-se em nome de Jesus torna os fiéis, reunidos em todos os lugares, um só coração e uma só alma (89,2).

É a Igreja do Espírito Santo que a vivifica (175,2) e a enriquece com seus dons ou carismas (10,1)

Partindo de sua origem trinitária, é *sacramento universal de salvação*, isto é, "sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano" (10,1; 175,1).

A Igreja é apresentada *ad intra* como "comunidade de fé e de amor" (175,2), "comunhão de vida, caridade e verdade" (10,1), "mistério de comunhão, cuja riqueza e profundidade se reflete na vida fraterna, um espaço humano habitado pela Trindade” (88,3). É o "sacramento da unidade" (88,3), uma unidade desejada por Jesus tão perfeita para fazer o mundo reconhecer que o Filho foi enviado pelo Pai (157,3). No entanto, essa unidade não é uniformidade, pois respira "com seus dois pulmões de Oriente e Ocidente" (10,6).

Além disso, a Igreja não é um fim em si mesma. Com efeito - *ad extra* -, peregrinando no mundo e no tempo (175,2), é missionária por natureza (175,1), continuadora da missão do Senhor Jesus, que por isso lhe deu o Espírito Santo (146, 2). [[24]](#footnote-24)Esta missão é salvífica (16,5), e é a de evangelizar (146,3). Isso inclui os meios de diálogo tanto com as outras Igrejas cristãs (39.1) como com as várias religiões (177.7).

A própria Igreja, mesma que deva prover a sua edificação mais ampla, sabe que tem como meta a instauração do Reino de Deus, que *é* de fato um "absoluto" (173,3), anunciado e estabelecido por Jesus (15,4; 109,1; 150,1) e revelado pelo Pai aos pequeninos (24,3). A Igreja é, portanto, funcional para a vinda do Reino (10,1; 173,7), através da evangelização (96,1), do apostolado (155,2), do cuidado dos pobres e dos que sofrem (153,2).

Na Igreja, a vida consagrada [[25]](#footnote-25)é sinal do Reino, e na esteira de São Francisco (4,1; 175,4) a dos capuchinhos (15,4; 39,1). Os votos estão em vista do Reino (22.1; 22.4; 165.4; 168.3; 169.1.6), e a vida fraterna o torna visível (13.4; 106.3). Ainda não plenamente realizada (33,2; 171,1), a vinda do Reino é favorecida pela oração (51,2), conversão à caridade (109,8), trabalho (51,6), aceitação diária da cruz (110,5; 145,3).

No texto constitucional a Igreja está presente em sua estrutura hierárquica, composta por *clérigos e leigos* (102,6; 177,3). No contexto do clero, a ênfase é colocada no *papa*, a quem deve ser dada obediência e reverência, como o supremo superior (11,2), e a obediência religiosa da vontade e do intelecto, como o mestre supremo da Igreja universal (183,4) e pela qual é necessário rezar (51,1). A obediência e a reverência também são devidas aos *bispos*. O seu colégio, juntamente com o Papa, é "sinal visível da unidade e da apostolicidade da Igreja" (11,2), e são testemunhas da fé e mestres do povo de Deus (183,4). Da mesma forma, deve ser dada aos *sacerdotes a* honra e a colaboração ativa (11,4).

Quanto *aos fiéis leigos*, deve ser reconhecido o seu papel e missão na vida e na ação da Igreja, colaborando com eles na evangelização e apoiando as suas associações apostólicas (155,1). Isto é especialmente verdade no contexto da missão *ad gentes* (177,3.4). Também é possível que os leigos possam participar mais de perto da oração, da convivência e do apostolado dos frades (95,4). A sua competência profissional deve ser utilizada na área administrativa (76,5). Entende-se que se reserva particular importância aos leigos franciscanos, que com os membros da Primeira e da Segunda Ordens formam uma única família (13.3; 155.2), e se comprometem a viver a perfeição em seu próprio estado de caridade (102).

Também é contemplado o papel da *mulher*, cuja dignidade e missão devem ser promovidas (173,4).

Da Igreja, *a Ordem* é uma expressão (10,6), aliás um organismo em seu Corpo Místico (117,1), e nele cultiva sua própria identidade (24,4). Portanto, a Ordem deve amá-la, meditar em seu mistério, estudar seus ensinamentos e aplicá-los, participar de sua vida e missão (10,5).

2. A Ordem reconhece à Igreja os dons recebidos do Senhor e a ela confiados, a Palavra e os sacramentos no leito da liturgia.

A Igreja é a guardiã da Palavra de Deus transmitida na Escritura e na Tradição (183,1). A Palavra de Deus, mais precisamente o "santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo" (1, 1), é "a fonte de toda a vida da Igreja e o anúncio da salvação para o mundo inteiro" (1, 1). Dá à luz e constrói a vida dos consagrados (53,2).

Para São Francisco[[26]](#footnote-26) o Evangelho é a razão da vida e da ação (1,3), a "forma" (1,3) que molda a vida (1,5). Portanto, para os frades, o Evangelho é a "lei suprema" a ser seguida em todas as circunstâncias da vida (1,5), e possui um poder transformador que se manifesta na fraternidade (13,4). A Palavra deve ser lida para alimentar a vida espiritual (6,4), rezada na *lectio divina* (53,3)[[27]](#footnote-27), meditada com perseverança (15,5), estudada mais profundamente (32,3), compartilhada na fraternidade (53,4).

3. A *liturgia*[[28]](#footnote-28)qualifica-se como "exercício do ofício sacerdotal de Cristo, ápice de toda ação da Igreja e fonte da vida cristã" (47,1), fonte para nutrir a vida espiritual pessoal e comunitária, bem como dos fiéis (47.1). Nela, o próprio Deus vem ao nosso encontro e fala aos homens, que lhe respondem com confiante abertura de coração (54,1).

Desde o momento da iniciação, os frades são chamados a participar da liturgia ativa (27,4), devota e digna (47,3), fiel às normas, mas também criativa e inculturada (47,4), capaz de combinar o silêncio (47,5) com o canto e música (47,6).

A *liturgia das horas* " é a oração de Cristo, que une a Igreja a si mesmo no louvor e na intercessão suplicante que dirige incessantemente ao Pai em favor de todos os homens" (49,1). Estende a graça da Eucaristia às diversas horas do dia (49,1), e permite que o mistério de Cristo penetre e transfira o tempo (49,3).

O *ano litúrgico* é um itinerário (52,3) que tem no centro o tríduo pascal (52,1), repetido no domingo, a Páscoa semanal (52,2), mas que também abraça o Natal e as festas dos santos. No ano litúrgico são lembrados os mistérios da redenção e dispensada a graça da salvação (52,1).

4. Voltando-se aos *sacramentos* em geral, eles são reconhecidos como " fonte de espírito e de vida, […] riqueza de graça, […] fonte inesgotável de alimento espiritual e principal caminho de formação" (52,3). Na sua celebração, Cristo faz-se presente aos fiéis com a sua virtude salvífica, santifica-os e edifica o seu Corpo, enquanto o povo de Deus presta um culto digno ao Senhor seu Deus » (151,1). Nos sacramentos os fiéis são ajudados a nutrir, fortalecer e expressar a fé (151,2).

A vida sacramental nutre, sustenta e aumenta a fidelidade à vida religiosa (114,3), em particular a castidade consagrada (171,2). Por isso, é recomendado mais intensamente na preparação para a profissão perpétua (33,6), e os guardiães são obrigados a fazer com que os frades sejam fiéis a ela (114,7).

4.1. Passemos a um exame particular, começando pelo *batismo*. A vocação à perfeição da caridade, dirigida a todos os homens, radica-se neste sacramento (16, 1). Inicia a conversão em nova criatura (109,2), consagra-se ao serviço de Deus (47,1), chama todos indistintamente a evangelizar (175,2). A consagração religiosa está enraizada na graça do batismo, com o objetivo de colher frutos mais abundantes (33,3). Coerentemente, o nome de batismo deve ser mantido normalmente por aqueles que entram na Ordem (OG 2/12).

4.2. O sacramento da *confirmação* nunca aparece no texto constitucional.

4.3. A *Eucaristia*[[29]](#footnote-29)é o sacramento que recebe o tratamento mais abundante. Com efeito, ela é "fonte da vida eclesial e raiz, eixo e coração da vida fraterna" (48,1), e na Eucaristia está centrada a vida cristã a ser nutrida nos fiéis (151,3).

A sua celebração é participação no mistério pascal (2,2). Nela se perpetua o aniquilamento de Cristo, iniciado no presépio e na cruz, pois nela "todos os dias ele se humilha, vindo a nós na aparência humilde" (14,1). Ao mesmo tempo, a glória da ressurreição de Cristo é anunciada na Eucaristia, aguardando a sua vinda (2, 2).

Nela se apresenta novamente o *sacrifício* de Cristo (80,4), que se oferece ao Pai, intercedendo pelos irmãos (50,1), mas também se entregando inteiramente aos irmãos (48,1). É necessário, portanto, participar dela com plena consciência e ativamente, "não retendo nada de nós mesmos, para que Aquele que se oferece totalmente a nós possa nos acolher totalmente" (48,1), oferecendo ao Pai o cansaço e o fruto do trabalho diário (80,4), intercedendo pelos mortos (51,2).

A Eucaristia é também um *banquete*, a mesa necessária para viver a fraternidade (88,8), pois no partir do pão eucarístico os fiéis são elevados à comunhão com Cristo e entre si. A celebração deve, portanto, ser feita com alegria (2, 2) e, para manifestar a unidade do sacrifício, do sacerdócio e da fraternidade, recomenda-se a Missa da Fraternidade, com a participação de todos os frades, todos os dias ou, em todo caso, com frequência (48). ,2). A celebração não é menos importante porque inclui a mesa da Palavra, de modo que o ofício do guardião inclui também a homilia na missa da fraternidade (161,4).

O Senhor Jesus se professa presente nas espécies consagradas, e por isso se estabelece que sejam guardadas "no lugar e na maneira mais digna" (48,3), e que se detenha diante delas em oração de adoração "com fé, humilde reverência e devoção "(48,4).

Da fonte eucarística brota a caridade pastoral que exorta os frades a se doarem na castidade (171.2) para o bem do próximo (151.3).

4.4. O sacramento da *reconciliação*, a ser muito estimado e assistido com assiduidade (114,2), apresenta-se como o lugar onde, por obra do Espírito Santo, "que é a remissão dos pecados", por um lado, experimenta os benefícios da Páscoa mistério, por outro lado, participa-se "mais intimamente na Eucaristia e no mistério da Igreja" (114,1). Destaca-se a dimensão individual e comunitária (114,6), com o objetivo de reconstituir a união com o Salvador e a união com a Igreja (114,2). A reconciliação que Deus dá aos frades no sacramento transborda em perdão mútuo dentro da fraternidade (114,4). Os frades podem confessar-se livremente a qualquer sacerdote que tenha recebido a faculdade de qualquer Ordinário (48,3).

O texto constitucional associa à reconciliação sacramental a recomendação do exame de consciência diário e do acompanhamento espiritual (114,5).

4.5. As Constituições também incluem a *ordem sagrada* em sua própria perspectiva[[30]](#footnote-30).

Do ponto de vista formativo, só se prescreve que a preparação dos frades para o sacerdócio seja feita segundo as normas da Igreja (39,4).

Quanto ao exercício do ministério ordenado pelos frades presbíteros, refere-se à disponibilidade em administrar os sacramentos, tanto em razão de seu ofício como quando convidados pelo clero (151,2), depois de diligente preparação, no desejo de imitar aquele quem vem celebrado e para conformar a vida ao mistério da Cruz do Senhor (151,3).

Para manifestar "a unidade do sacrifício, do sacerdócio e da fraternidade" (48,2), recomenda-se a celebração diária ou pelo menos frequente de uma missa de fraternidade, com a participação de todos os frades, incluindo, portanto, também os sacerdotes (48, 2).

No que diz respeito à reconciliação sacramental, afirma-se que este ministério "é particularmente adequado" (152,1) aos membros da fraternidade minoritária, pois possibilita sentenças próximas aos pecadores. Os confessores são, portanto, chamados a dispensar a misericórdia de Deus no perdão dos pecados, com fidelidade e boa vontade (152,1), progredindo no conhecimento pastoral e no correto exercício do ministério (152,3). Devem saber combinar o zelo pela santidade de Deus e pela sua misericórdia com "o respeito pela dignidade da pessoa humana, a caridade, a paciência e a prudência" (152,2), e são aconselhados a "não se irar nem se incomodar pelo pecado de qualquer um, mas tratar o penitente com toda bondade no Senhor” (48,4)[[31]](#footnote-31).

4.6. A *unção dos enfermos* é referida implicitamente quando os ministros são obrigados, no caso de um frade ser atingido por uma doença grave, que o informe de sua condição e o ordene "para receber os sacramentos" (92,4)[[32]](#footnote-32).

4.7. Finalmente, embora as Constituições sejam dirigidas aos celibatários consagrados, o sacramento do *matrimônio* também encontra espaço. Nele se funda a família, que é a "Igreja doméstica e célula vital da sociedade" (149,4). Tanto a vocação à vida consagrada quanto a vocação ao matrimônio e à família encontram sentido e valor " no absoluto do Reino" (173,7).

5. Obviamente, sendo as Constituições um texto normativo dirigido a uma Ordem religiosa, a vida consagrada ocupa um espaço ininterrupto em seus vários aspectos. Exigiria um estudo específico e, portanto, nos limitamos a algumas notações essenciais.

A natureza e finalidade dos três conselhos evangélicos são colocados em uma *dimensão cristológica e trinitária*. A formação na vida consagrada é, de fato, "um itinerário de discipulado guiado pelo Espírito Santo que leva progressivamente a assimilar os sentimentos de Jesus, Filho do Pai, e a se configurar com sua forma de vida obediente, pobre e casta" (23). ,1). Partindo da consideração do voto de castidade, as Constituições observam que a vida consagrada é "o resplendor da beleza divina" (169,3) de Deus que é "esplendor infinito" (169,3), graças à obra do Santo Espírito que transfigura e configura a Cristo e sua vida (169,3.4).

Da vida consagrada se proclama a *dimensão eclesiológica*. De fato, é “um dom notável que a Igreja recebeu de seu Senhor; profundamente enraizada nos exemplos e ensinamentos de Cristo, exprime a natureza íntima da vocação cristã e pertence à vida da Igreja, à sua santidade, à sua missão» (10,2)[[33]](#footnote-33).

A referência particular à castidade leva novamente a iluminar a *dimensão escatológica* da vida consagrada[[34]](#footnote-34). De fato, o Espírito Santo faz com que o consagrado participe da dedicação plena e exclusiva da Igreja como esposa a Cristo esposo, em preparação "para o encontro definitivo com Ele" (169,4). A consagração "oferece um anúncio particular da vida futura, na qual os ressuscitados são irmãos entre si diante de Deus, que será tudo para eles" (169,6).

**3.3. *O mistério do homem no cosmos, na história, na eternidade***

Os temas da antropologia também[[35]](#footnote-35) pontuam o texto constitucional. Consideraremos primeiro o homem em sua estrutura e dinamismo. Por fim, coletaremos os fragmentos relativos à teologia da criação e da história e à escatologia.

1. Vejamos primeiro o homem em sua estrutura. De acordo com a antropologia eclesial tradicional, o homem é entendido como *uma unidade de alma e corpo*, como se afirmar explicitamente em relação ao que é necessário em caso de doença (92,1). Vamos analisar os vários aspectos.

1.1. Habitando primeiro a interioridade do homem, aparece a referência à *alma*, pois seus inimigos são a ociosidade (78,4) e as carências em relação à pobreza (93,2)[[36]](#footnote-36).

Evoca-se então um "homem interior", que escuta a voz de Deus na oração (45,1).

Mais frequente é a referência ao *coração*. No coração do homem Deus fala (45.1.2) e semeou "coisas boas e belas" (156.1), acima de tudo ele colocou ali o Espírito Santo (45.5). Por isso o homem é chamado em seu coração a guardar a palavra de Deus, à semelhança de Maria (1,5; 150,4: *Lc* 2,19.51). Com o coração aberto e confiante, o homem fala com Deus na liturgia (53,1) e na oração pessoal (54,1), e com o coração "liberto pela graça" (21,1) o homem se une a Cristo, permanecendo indissoluvelmente ligado a Cristo (177 ,1). O frade vive a consagração com coração humilde como o de Francisco (61,2), "generoso e fiel" (2,3; 189,1), "indiviso" (22,4), feliz (171,1; 184 ), 3), puro (44,4; 45,8; 188,3), simples (149,7), verdadeiro e sincero (168,1), livre (169,5), "dócil e aberto" (59, 1), totalmente satisfeito apenas pela beleza de Deus (177,2). De "todo o coração" o frade entrega-se à fraternidade na profissão (21,4), acolhe a riqueza da liturgia (52,3), serve os pobres (108,3). O coração é também a sede dos vínculos (77,1) e dos afetos, porque nele se realiza a oração franciscana, que é de fato afetiva (46,6), e dele brotam "adoração, ação de graças, admiração e louvor" (46). ,6). No entanto, o coração pode cair na apostasia e tornar-se "mundano" (44,3), resvalar para a solidão (171,3). Por isso ele é chamado a experimentar arrependimento (146,1) e a dor pelos pecados (113,1), e praticar a conversão contínua (5,2; 81,4; 110,1)[[37]](#footnote-37).

Novamente atribuímos a *mente* à esfera da interioridade. Com um significado bastante conforme ao bíblico, recomenda-se dedicar-se ao serviço de Deus com "mente pura" (59,1). Num sentido mais intelectual, a mente é vista como uma forma de acessar a realidade, um olhar ("os olhos da mente": 53,5). Deve ser cultivada na formação, mas em harmonia com o coração (38,5), e na oração deve ser iluminada novamente em harmonia com o coração e com a voz (47,6)[[38]](#footnote-38).

As Constituições usam o termo *espírito*. O significado é múltiplo. Raramente aparece em seu significado antropológico bíblico (78,7; 109,5; 172,8; OG 2 / 1,3). Muito mais frequentemente o termo é usado no sentido teológico, para indicar a Terceira Pessoa da Trindade. Ou para se referir à espiritualidade, em oposição ao que é mundano ou material (153,1). Ou no sentido cultural, entendido como uma forma de sentir, pensar e agir (espírito de "fraternidade", "minoridade", "sacrifício", "oração e devoção", etc.)[[39]](#footnote-39).

1.2. A dimensão física do homem é expressa com o termo *corpo* (92,1; 111,6)[[40]](#footnote-40). Deve ser envolto em "justa estima" (172,3), atendido em suas necessidades (153,1), mas também mantido casto (174,1), recorrendo à sua mortificação (111,6). A fisicalidade também é chamada com o termo *carne*: nela o doente completa o que falta à paixão de Cristo (193,3: *Col* 1,24)[[41]](#footnote-41).

A corporeidade tem direito ao "necessário" (112,3), explicitamente à alimentação de comida e bebida (112,2) e ao descanso periódico (186,1).

O corpo ainda aparece na medida em que manifesta a identidade sexual do homem, necessitado de um "acolhimento sereno" (172,3) e de amadurecimento (172,1).

Entre os eventos da corporalidade, as Constituições consideram a doença, tanto como ocasião de apostolado para com os enfermos (149.2; 153.2), como - na esteira de São Francisco - detendo-se com bastante detalhe sobre a doença que atinge o frade, (92 e 93). Requer acompanhamento por parte da fraternidade (92; 93; 112,3; OG 6/1), pois o doente é considerado uma cristofania (92,2). Além disso, a doença, vivida no respeito da pobreza e livremente aceita, é uma vocação para se conformar a Cristo, compartilhando e completando sua paixão na própria carne (93,3), até o agradecimento ao Criador (93,2). A saúde (172,8) e a doença (92,1) também envolvem a alma e o corpo.

1.3. De modo geral, a antropologia das Constituições manifesta um caráter unitário.

A dimensão interior é descrita como unidade "de coração e alma" em relação ao empenho pela vida fraterna (89,2). Recorda-se que São Francisco teve "grande fervor do espírito e alegria da mente" (109,5).

A unidade das dimensões intelectual e afetiva é mencionada em conexão com a oração, destinada a "iluminar a mente e inflamar o coração em vez de proferir palavras" (52,2), da formação que deve cultivar "a mente e o coração" (38 ,5), e em geral do serviço a Deus que deve ser feito "com coração puro e com mente pura" (59,1).

A unidade do homem entre interioridade e exterioridade se expressa com referência à disciplina "dos sentidos e do coração" (172,8), e ao serviço de Deus "com coração puro, corpo casto ação santa " (174, 1), e recomendando o uso de meios que promovam "a saúde do espírito e do corpo" (172,8).

Recorda-se também a unidade do ser e do agir, com a chamada a comportar-se "com coração puro, corpo casto e ação santa" (74,1), praticar penitência "no coração e nas obras" (16,5), viver a minoridade "no coração, nas palavras e nas obras" (35,4).

Finalmente, em alguns textos semelhantes está subjacente uma doutrina dos sentidos espirituais, como quando "o olhar e o coração" (59,2) são combinados, ou "os olhos da mente" são chamados (53,5).

2. Nas Constituições, o homem também está presente no seu dinamismo. Um primeiro aspecto é o *ciclo da vida*, subtendido com a parábola de suas fases. De acordo com estes, a formação é articulada através da elaboração de estruturas e programas adequados (OG 2 / 1,3). Em resumo, as Constituições distinguem entre os frades jovens e os frades de idade mais madura ou idosos (91). A velhice também aparece pelo seu "peso" (110,5), associado à doença. A dignidade da vida humana deve ser promovida em todas as fases e condições "desde a concepção até a morte" (149,4)[[42]](#footnote-42).

3. Sempre numa perspectiva dinâmica, o homem é considerado na sua *relacionalidade*. As relações em qualquer de suas figuras - olham para o mistério trinitário, pois "a pura relação de amor entre as Pessoas divinas, que transborda na criação e na história da salvação, é o modelo de toda relação humana" (60,1). Vamos nos concentrar na matriz de relacionamento constituída pelo conflito e, em seguida, revisar as várias figuras do relacionamento.

3.1. Como cada ser vivo é único e a singularidade advém da especificidade de cada um, a relação começa com o encontro entre as diversidades de que cada um é portador e, portanto, com o *conflito*, nas suas várias formas possíveis. As Constituições consideram hipóteses de conflito interno e externo à Ordem, e oferecem meios para prevenir e resolver sua eventual degeneração.

O conflito primordial é aquele ligado ao *sexo*, portanto à diferença entre *homem e mulher* (172,3). Vivendo no celibato consagrado, porém, o capuchinho deve saber relacionar-se com as mulheres com "cortesia, respeito e senso de justiça" (173,4), valendo-se do nobre afeto do Irmão Francisco para com sua irmã Clara (173,4)[[43]](#footnote-43).

O outro conflito contemplado pelas Constituições é o relacionado à *idade*. Para que a diferença de idade favoreça a "harmonia de espíritos e a integração recíproca" (91,1), os jovens frades devem mostrar aos idosos "sinais de caridade solícita e agradecida", com a estima e o apreço de sua experiência; e, por outro lado, os idosos devem acolher as "novas e saudáveis formas de vida e de atividade" (91,3). Assim as gerações trocam suas respectivas riquezas (91,3).

Uma diversidade específica da Ordem é aquela centrada no *poder,* especificamente ente os encarregados do serviço da autoridade e aqueles a ela expostos. Uma variante desse conflito poderia ser aquela ligada à *ordem sagrada* e, portanto, ao conflito entre clérigos e leigos. Mas - salvo na perspectiva evangélica de que autoridade e sacerdócio são expressões do ministério - as Constituições recordam que "por uma mesma vocação os frades são todos iguais" (90,1), e chamados à corresponsabilidade nas várias expressões de serviço (90,3.4).

Na esfera social, são mencionados os conflitos centrados na *ideologia*, *classe,* *raça*, *religião*, *nacionalidade* (107,2), mas alguns desses fatores de diversidade também podem ocorrer dentro da Ordem, como os relativos à cultura, classe, etnia, nacionalidade. A cultura individual e nacional pode levar a diferenças entre as circunscrições sobre elementos secundários ou variáveis do carisma (o uso da barba é mencionado explicitamente: 35,2). Portanto, sem prejuízo da convergência de todos os frades sobre os elementos fundadores da identidade capuchinha, o critério de referência é o da *unidade na pluriformidade* (35,2; 143,1).

Mas enfim, pela experiência cotidiana, a degeneração dos conflitos se deve simplesmente às diferenças de caráter, às dificuldades de comunicação e ao pecado que habita o coração humano. O conflito pode afetar as pessoas, mas também os lares e as circunscrições (186,5). Por isso, as Constituições lembram que as relações dependem dos vínculos criados pelo batismo e pela profissão (100,5), e recomendam um "espírito de compreensão mútua e sincera estima" (89,3), para depois indicar o caminho principal do *diálogo* , tanto na forma interpessoal, constituído pela comunicação das experiências e necessidades de cada um (89,3; 160,3), bem como na forma do capítulo local, "instrumento privilegiado para manifestar a própria disposição e promover o crescimento da vida em comunhão fraterna" (89,4; 160,3). O diálogo promove o encontro entre as diferenças entre as circunscrições (100,5). A promoção e adoção do diálogo é uma das tarefas específicas de quem exerce um ministério de autoridade (160,3; 163,3; 164,3; 166,3). Se isso não bastasse, o conflito deve ser resolvido por meio de lei (186,5).

Assim, no plano social, o ódio e a inveja que surgem da diversidade são confrontados com *um compromisso com a justiça e a paz* (107,2). A primeira expressão ainda é o diálogo com todos os homens (147,4). O diálogo é também a forma de comunicação com os não crentes (149,6), bem como com os batizados separados e com os crentes de outras religiões, na forma de ecumenismo e encontro inter-religioso (39,1; 149,5,6; 177,3. 7; 178,2).

3.2. Vejamos agora a relação em suas várias categorias de expressão.

3.2.1. Vamos começar com a relação entre *pais e filhos*. O *pai*[[44]](#footnote-44)aparece como a denominação de São Francisco (5,2; 7,4; 8,1; 21,4; 52,8; 101,1; 188,2), como fundador e legislador da fraternidade minoritária. A *mãe* é evocada para o cuidado solícito (10,3), ternura e solicitude pelo filho (92,2), uma em relação à Igreja que acolhe os carismas, as outras em referência ao cuidado mútuo dos irmãos. Recorde-se também que São Francisco chamou sua mãe e a de todos os frades a mãe de cada frade (103,1). A figura da mãe é aplicada a Maria Santíssima (52,6; 171,2; 181,3; 188,2), à mãe natural (92,2; 103,1), à Igreja (10,3,5; 18, 3; 51,1; 183,2), à Terra (105,2). Reciprocamente, faz-se referência à forma do *filho* para indicar a relação com Deus, mas também com a Igreja (153,2) e com São Francisco (1,4; 71,4; 147,8; 182,1).

3.2.2. Mais amplamente, a *família* está presente, "fundada no matrimônio, Igreja doméstica e célula vital da sociedade" (149,4), e ligada ao "absoluto do Reino" (173,7). Por um lado, o frade capuchinho reconhece a positividade das "boas relações com a família de origem" (173.6; OG 2/1), e mantém seus deveres "de piedade e familiaridade" (103.1), também em caso as necessidades espirituais ou necessidades materiais" (103,2). Por outro lado, sabe que a sua nova e verdadeira família é a fraternidade, que se entende como família reunida por Cristo (5,4; 24,8; 75,1; 94,3; 100,1; 145, 2), no âmbito da família franciscana mais ampla e única (10,3; 13,3; 51,1; 72,4; 101,1; 102,1,3; 103,1). Afinal, toda a humanidade é chamada a tornar-se como uma única família de filhos e irmãos (13,4; 109,8). A relação familiar de confiança e proximidade é modelo para as relações recíprocas dos frades (168.1), mas também para a relação com a Palavra de Deus (53.2). No apostolado deve-se dar atenção às famílias necessitadas (149,4).

3.2.3. Entre as figuras da relação, é considerada também a *amizade*, traço que deve caracterizar as relações com todos os homens para atrair o Senhor (173,3), um "grande dom" que nos faz crescer humana e espiritualmente, sobretudo se for autêntica e profunda (172,6), desde que seja "libertadora e não destruidora da fraternidade" (173,5), como no caso em que os amigos são explorados para ignorar a pobreza (69,4).

3.2.4. Uma certa importância também é dada à *hospitalidade*. Cumpre o preceito evangélico de Cristo que se identifica com o estrangeiro (Mt 25,35), e se coloca no rastro de São Francisco. O acolhimento do hóspede envolve frades, sacerdotes e religiosos (104.3), mas também aflitos e desafortunados (104.2), e deve ser combinado com simplicidade e prudência (95.3), benevolência e cortesia (104,2.3).

3.2.5. Não é à toa que a relação mais presente é a *fraternidade*[[45]](#footnote-45)*.*

A fraternidade é um sentimento que São Francisco extrai da adoração de Deus, Pai e Criador, e é dotado de uma extensão universal, na medida em que São Francisco viu a imagem de Cristo em todas as criaturas (13, 1). Se a fraternidade inclui todas as criaturas, abrange muito mais todos os homens sem discriminação alguma (13,2). Com efeito, o próprio desígnio de Deus é fazer dos homens uma fraternidade em Cristo, o irmão primogênito (50,1; 61,2) pelo dom do Espírito (88,2). A fraternidade está enraizada "no mistério de amor da perfeita Trindade e da santa unidade do Pai, do Filho e do Espírito" (88,1), enquanto transborda no mistério da criação e no mistério da redenção. A própria Igreja é mistério de comunhão que se reflete na vida em fraternidade, manifestação da comunhão entre as três Pessoas divinas (165,2), "espaço humano habitado pela Trindade" (88,3). A vida em fraternidade é, portanto, "profecia da unidade definitiva do povo de Deus" (88,4), "fruto e sinal da força transformadora do Evangelho e do advento do Reino; à maneira do fermento evangélico, convida-nos a promover autênticas relações fraternas entre os homens e os povos, para que o mundo viva como uma só família sob o olhar do Criador» (13,4).

A fraternidade é chamada a característica essencial e original da Ordem fundada por São Francisco (4.2), que quis lhe impor este nome (88.5), e com este nome a Ordem foi aceita pela Igreja (10.3). A Ordem se define, portanto, em si mesma como uma fraternidade e suas articulações provinciais e locais são chamadas, assim como irmãos são definidos os seus membros, que devem ser chamados por esse nome sem discriminação (90.1). Constitui, portanto, "uma Ordem de irmãos" (88,7; 100,1; 123,6). Por isso, é a exigência fundamental da formação (24,7) e a capacidade de vivê-la é critério de admissão à Ordem (18,3a).

A fraternidade é um "espírito" (43,3.7; 100,3; 141,2), que permeia também toda a família franciscana (13,3). É um constrangimento (160,5), que se traduz numa vida (88,5; 93,3; 94,2; 97,2; 106,3; 141,2; 157,4; 187,2) em comum (88,5; 95), para levar à comunhão fraterna (89,4; 96,2; 130,2; 158.6; 165.2.5), para que cada articulação da fraternidade se torne "casa e escola de comunhão" (94,4).

A unidade (157,3; 166,2) produzida pela fraternidade é condição para discernir a vontade de Deus (158,6; 165,2). Consubstancia-se na caridade (89,3; 92,1; 98,1; 107,1; 167,2) e na partilha dos dons e capacidades pessoais, dos bens espirituais e da vida de fé (160,5). Expressa-se nas várias formas de serviço fraterno (172.5): ajuda mútua na vivência da vocação (21.4), conforto a ser oferecido aos doentes (92.3), misericórdia para com o pecador (116.1.5), acolhimento dos hóspedes (98), o ministério da autoridade (159.3), a colaboração entre as circunscrições (121.4). Nem mesmo a morte pode interrompê-lo, pois a fé no Senhor ressuscitado "mantém viva a comunhão com os irmãos que descansam na paz de Cristo" (51,2).

A fraternidade produz relações caracterizadas pela autenticidade (147,3), espontaneidade (5,4), afeto (101,4), familiaridade (168,1), estima mútua (168,1), serenidade e abertura (172,6), respeito (103,3).

Essa relação deve ser incorporada no concreto de uma convivência familiar dentro de um lar. Requer, portanto, uma disciplina jurídica que regule a ereção, estrutura, supressão de lugares e circunscrições (27,3.4; 31,7; 56,2; 76,2; 104,2; 118; 120; 137; 142,1; OG 6/ 7), mas também um estilo quotidiano, que exige um horário (49,5), e traduz-se numa presença efetiva não esvaziada por faltas excessivas (97,1; 140,1; GO 6 / 4,2).

A fraternidade é um compromisso (172,6), que exige a renúncia contínua do amor-próprio e exige dedicação aos outros (172,6). Inclui entre suas ferramentas o diálogo (163,3; 166,3), a correção (113,2), o silêncio (168,1), a reconciliação (114,4). Ao mesmo tempo, é um dom de graça que brota da partilha e da escuta da Palavra de Deus (53,4) e encontra "raiz, eixo e coração" (48,1) na celebração (2,2; 48,2; 52, 2) e na adoração (48,4) da Eucaristia. Assim pode ser definida como uma fraternidade *evangélica* (109,3)[[46]](#footnote-46).

A fraternidade deve ser expressa também fora da Ordem, para com os membros da Ordem Franciscana Secular (102) e institutos afins (101,4), e em geral no contexto eclesial para com aqueles que querem seguir os passos de Cristo sob a orientação de Francisco (102,4.6). No entanto, enquanto a fraternidade é o próprio conteúdo e a primeira expressão do testemunho apostólico e missionário (181,2), exprime a sua profecia através da sua presença no mundo (11,3), como "fermento de justiça, de união e de paz" (14.5), no contato com as pessoas, especialmente o povo (5.4), os pobres (14.3.4), os sofredores (108.3), através do serviço e da partilha (111, 6).

Finalmente, a exemplo de São Francisco, a fraternidade do mundo humano vai além do nível universal e cósmico (173,2), a ponto de abranger todas as criaturas (13,2; 105,1).

3.2.6. O fundamento da fraternidade é *a filiação*. Como cristãos, no Filho de Deus (14,1; 16,3) os frades reconhecem a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus (13,2; 88,5; 158,3; 177,6) e confiam em sua providência paterna (67,1). O espírito não dos servos, mas dos filhos os impele à obediência a Deus pela observância das Constituições (9,3; 162,2). Com efeito, toda formação tem por objetivo a assimilação dos sentimentos e a configuração a Jesus Filho (23,1). A pobreza dos frades é inserida na pobreza filial de Jesus (61,2) e a oração dos frades remonta à oração filial e fraterna de Jesus (45,5; 50,1), que como filhos de Deus celebram os mistérios da salvação (52,4). A filiação é também a figura utilizada para expressar a relação com a Igreja (153,2) e com São Francisco (1,4; 72,4; 147,8; 182,1).

4. As relações interpessoais são o número e a base da relação que caracteriza o homem, distinguindo-o das outras criaturas, aquela com Deus. Respondendo a tal chamada à relação, o homem volta a si mesmo, sedento de absoluto, isto é, de Deus (181,2) e da santidade (44,4)[[47]](#footnote-47). Consideremos agora as formas possíveis de desenvolver essa relação.

4.1. O homem é apresentado como dotado de *liberdade*[[48]](#footnote-48). Com o dom da liberdade pela obediência, o homem responde ao chamado divino enraizado no batismo (16,2). Aderindo ao desígnio divino, realiza a própria plenitude (158,3). A verdadeira liberdade deriva disso, a do Evangelho (7,5), a liberdade do espírito (45,6; 78,7), interior (111,3), do coração (169,5), a dos filhos de Deus (88,5; 158,3; 177,6). Isto vale, em particular, para o frade capuchinho, ao fazer a profissão (33,4) e vivê-la (172,4). A liberdade é então "um caminho de obediência à vontade do Pai" (158,1).[[49]](#footnote-49)

4.2. No entanto, as Constituições tomam nota da realidade do *pecado*. Como apenas Maria, a Imaculada Conceição, estava isenta dela, de fato ela habita no homem e na sociedade (105,5; 109,7), e na mesma fraternidade (116,1). É uma condição de "miséria" (152,1), que causa feridas (105,5) e "escravidão" (158,1). Deve, portanto, ser evitada, pois "enerva" a vida religiosa (44,3), prevenida (OG 7/3). Se cometido, deve causar dor (113,1), mas não perturbação (115,4), e confrontado com o perdão (116,2), mas também com a assunção de responsabilidade para com as vítimas (116,3).

4.3. A forma concreta de adesão ao Senhor é então a *conversão*[[50]](#footnote-50)*.* Começa com a fé e o batismo, mas depois exige "um esforço constante de abnegação quotidiana de si mesmo" (109,2), para alcançar a configuração com Cristo crucificado e ressuscitado (109,7). São Francisco mostra que a conversão se realiza por meio da penitência (16,5) e da misericórdia (3,1; 109,4). Ela envolve fundamentalmente o coração (5,2; 81,4), é um espírito (110,3), mas é uma disposição interior "que exige manifestações externas na vida cotidiana" (110,1), e de fato é continuamente lembrado pelo uso do hábito capuchinho (35,3), e é sustentado por algumas práticas como "a oração, o recolhimento, a escuta da Palavra de Deus, a mortificação corporal e o jejum em fraternidade" (111,6). Em particular, a cruz de Cristo deve ser objeto de amor (5,3) e de memória pela mortificação (112,2). A conversão, assim como uma dimensão individual, tem uma dimensão eclesial (184,3), ou seja, uma comunitária e outra social (113,4; 114,6). Visto que a transformação em Cristo é a meta da formação (23,2.3), a conversão consubstancia a formação permanente, "um retorno contínuo às fontes da vida cristã e ao espírito primitivo da Ordem, a realizar-se em formas adequadas aos tempos e as culturas" (41,3), e é - como para São Francisco (50,2; 106,2) - o conteúdo essencial da pregação (147,5; 173,2).

5. A graça de Deus produz nova vida no convertido, que se manifesta em *santidade*. A santidade pessoal promove a salvação do mundo (16,1) e, portanto, os frades devem ter "sede" dela (44,4) e orientar-se decididamente para ela (114,5). A santidade, porém, é também um caminho comum em que os frades são chamados a apoiar-se mutuamente (94,4), com um papel específico de ministros e guardiães (161,1.3). Essa mostra-se na prática das virtudes.

5.1. Examinemos o espaço que as virtudes teologais recebem nas Constituições.

A *fé* em Deus Pai detodos produz unidade (88,2) e, em obediência ao seu desígnio de amor (158,2), leva a acolher Cristo com as suas obras e palavras, que são espírito e vida (1,2). Marca o início da nova vida batismal (109,2) e dá um olhar para ler os sinais da ação de Deus na história (149,1). Tem uma dimensão eclesial, na medida em que a Igreja é uma comunidade fundada na fé (175,2), e através da Igreja a fé é recebida de Deus (182,1). A fé então informa a vida dos frades e dirige toda ação (182,1). Com fé firme, faz-se a profissão religiosa (21.4; 22.2), observa-se a Regra e as próprias Constituições (186.2), e a Ordem é acolhida em suas manifestações históricas (145.3) e daqueles que ali exercem o serviço de autoridade (158 ,7; 165,3). Os frades devem aprofundá-la cada vez mais (182.1), mas também doá-la para aumentá-la (182.3), portanto formá-la nos fiéis com a catequese (150.6), e defendê-la até ao martírio (147.8).

A *esperança* éo conteúdo do Evangelho anunciado por São Francisco (50,2) e é sustentada pela providência de Deus Pai (108,1) e pela fé em Cristo ressuscitado (50,2). Tem por objeto "os bens eternos" (63,2), "a vida eterna" (182,3), na verdade em Cristo (189,1), "o Senhor Deus" (108,5), "Deus mais amado (168, 4), e mantém viva a comunhão com os mortos (51,2).

A *caridade,* " que é Deus" (59,1), manifesta-se no dom de Cristo (109,1), e por isso é também aquela "de Cristo" (38,4; 84,4; 85,3), particularmente profusa na paixão (60,5; 116,1). Toda a família humana é chamada à comunhão na caridade perfeita (109,8), e nisso se trata o Reino (168,3). A Igreja é comunhão de verdade e caridade (10,1; 117,1), na qual Deus chama todos os batizados à caridade perfeita (16,1), como os leigos pertencentes à Ordem Franciscana Secular (102,2). Entre os batizados, os frades capuchinhos são chamados a aperfeiçoar a caridade de modo especial, como religiosos (18.1; 21.4; 33.1.4; 88.5; 89.2). Estes são chamados a expressá-la antes de tudo a Deus (157,1) e, de forma delicada e afetuosa (110,2), ao próximo na ação pastoral (151,3; 157,1) - em particular os frades sacerdotes (152, 2) que administram a reconciliação sacramental (152,2; 153,3) -, para com os outros batizados no diálogo ecumênico (149,5), na missão (177.1.6), e em geral em relação a todos os homens (61,1; 63,1; 95,5; 106,4; 107,1), principalmente os pobres (66,2; 69,1; 104,2). A caridade deve então imprimir-se nas relações fraternas mútuas (65,2; 158,5; 168,1). Incita a obediência (100,4; 166,1), disciplina o serviço da autoridade (159,4; 162,3; 163,2; 186,2), ilumina os estudos (38,4), expressa-se no trabalho (79,1; 82,2), caminha para o acolhimento dos hóspedes (98,1; 99,3). e o cuidado dos idosos (91,2) e doentes (92,1; 112,3) , resolve conflitos entre religiosos ou entre circunscrições (186,5), regulamenta o uso da palavra (168,2), impõe o silêncio como salvaguarda da vida comum (58,1) ), inspira sufrágios pelos defuntos (51.2), combina-se com discrição para com as famílias de origem (103.3), com prudência na aplicação das penas (116.4), equidade para com os frades que abandonam a Ordem (103.4), com justiça na suposição de responsabilidade para com as vítimas de crimes (O 7/2).

A caridade também é chamada com o termo equivalente e mais genérico de *amor*, como o motor que impulsiona a vida capuchinha (61,3; 188,1). O amor é o amor intratrinitário (60,1; 88,1; 169,1; 173,3), é o amor de Deus Pai (46,7; 50,4; 60,3; 78,1; 89, 1; 114,4; 147,7; 158,2; 162,1; 163,1), de Cristo (2,2; 3,1; 12,2; 19,3; 22,2; 50,2; 52,5; 164,5; 169,1), do Espírito Santo derramado nos corações (169,1). O amor é então a resposta do homem a Deus (9,3; 15,5; 16,2; 59,1,2; 80,4; 111,3; 147,8; 158,5; 164,3; 169, 1,5; 173,1; 177,1) e sua beleza (169,4; 170,2), para Cristo e sua cruz (3,3; 170,1; 173,6; 177,2; 188,2) e, portanto, é o sopro da oração (45,1), a superabundância da qual brota a pregação (150,4). O amor se estende ao próximo (111,3; 147,8; 169,1; 173.1.3), e especialmente entre os batizados, o que torna a Igreja uma comunidade (175,2). Os frades são chamados a expressar o amor pela Igreja (10,5) e pelos pobres (14,3), bem como compartilhar uns com os outros (12,1,2; 72,2; 88,8; 89,2; 113,2; 116,1; 172,5) e alimentá-lo para a Ordem nas várias articulações do seu patrimônio espiritual da Ordem (6.1; 7.3; 9.4; 44.3; 178.6). Mas o amor é visto com realismo, como uma realidade a ser purificada em direção à caridade, através da conversão do amor "egoísta e possessivo" (172,1) ao "amor doador de si, capaz de se doar aos outros" (172, 1), "livre e universal" (172,4; 173,3).

5.2. As Constituições também dão espaço às *virtudes cardeais*.

A *prudência*, emgeral,inspira o processo de iniciação (28,3), a comunicação da doença ao doente (92,4), o acolhimento de hóspedes (95,1,3), a contratação de empregadas domésticas (83,4). Em particular, para quem exerce a autoridade, a prudência vigia o diálogo com os frades (164.4), a imposição de preceitos em virtude do voto de obediência (162.3), a intervenção (juntamente com determinação) em caso de abuso sexual (172.7), a imposição de penas canónicas (116,4), a guarda de documentos no arquivo secreto (OG 8/28), a concessão de autorizações de viagem (97,3), a tomada de paróquias (154,2). Os frades sacerdotes devem ter prudência no ministério da reconciliação sacramental (152,2).

A *justiça* (em seu significado de equidade) é considerada principalmente a partir de uma perspectiva social, juntamente com a paz (14,5; 63,1; 72,4,5; 107,4; 147,5; 175,4) . Há um chamado à justiça como assunção de responsabilidade para com as vítimas dos crimes cometidos pelos frades (OG 7/2). Regula as normas sobre as férias (OG 5/1), a atitude para com os que saem da Ordem (104,3), a relação com os colaboradores externos (83,3). Uma dimensão mais privada também é considerada, uma vez que o "senso de justiça" caracteriza a atitude em relação às mulheres (173,4). No entanto, aparece também o significado bíblico, em que Cristo é definido como aquele que "se fez sabedoria e justiça por nós" (189,2).

A *fortaleza* não é mencionada explicitamente, mas é ela que ocorre todas as vezes que se tem que "enfrentar a cruz e a perseguição, até o martírio" (147,8).

A *temperança* é explicitamente considerada como um auxílio fundamental paraa capacidade de viver castamente (172,2), inclui moderação e mortificação na comida e bebida (112,2), e geralmente leva a uma vida que é "simples e poupadora em tudo". (112.1).

5.3. Outras virtudes especificam a nova vida do religioso expressa através da vocação franciscana. A *alegria* ocupa um lugar especial*,* no qual se segue os passos de Cristo, pobre humilde e crucificado (2,1), celebra-se a Eucaristia (2,2), pratica-se a penitência (110,1) e participa-se na missão de a Igreja (16,5), exerce-se o apostolado da vida fraterna (147,2), pede-se a esmola (67,4), caminha-se no mundo contemporâneo (108,1).

Relevante é o papel da *simplicidade*[[51]](#footnote-51)*.* Reiterado que "o primeiro apostolado do Frade menor é viver a vida evangélica no mundo na verdade, simplicidade e alegria" (147,2), esta virtude - ligada ao coração (149,7) - é chamada a viver em o mundo o radicalismo das bem-aventuranças (151,2), seguir a pobreza de Cristo (61,1), observar a Regra (7,2; 155,2). Caracteriza toda a vida da Ordem (112,1) e, portanto, o estilo pessoal e comunitário (62,2; 65,2), e leva muito a acolher a Ordem em suas manifestações históricas e institucionais por vezes frágeis (145, 3) e à atribuição de cargos dentro dela (123,2), quanto à aceitação de realizar trabalhos domésticos (83,3). A simplicidade marca as celebrações litúrgicas (21.3), as igrejas e sacristias (74), os salões das casas (95.3), a indumentária alternativa ao hábito (OG 2/14) e a proximidade das pessoas presentes (149.7), a palavra (150.2), o ensino da oração ao povo (55.7)

Ainda franciscana é a *cortesia* a ser exercida com os hóspedes (104), com as mulheres (173,4), com os colaboradores externos (83,4).

7. Depois de ter considerado a estrutura do homem e seu dinamismo através da relação, consideremos outro aspecto desse dinamismo, que se constitui na capacidade de modelar o ambiente e produzir símbolos e ferramentas. O homem é, portanto, um ser cultural.

7.1. A primeira expressão da criatividade humana considerada pelas Constituições é o *trabalho*, a qual são dedicados o cap. V da Regra e o cap. V das Constituições. Trata-se de uma resposta à chamada de Deus a participar na obra da criação, e um meio para amadurecer o próprio homem e fazer crescer a sociedade (78,1), consagrada por Cristo à dignidade de instrumento de salvação (78,2.6), meio de sustento (78,5) e serviço (78,7), mas também meio de santificação (78,6) e, portanto, "graça" a ser acolhida com gratidão, fidelidade e devoção (78,4).

7.2. A criatividade humana, no entanto, vai além do trabalho, pois é funcional a necessidade. As Constituições, portanto, nos ensinam a apreciar a *ciência* , que conhece a criação; mas também a *cultura* (entendida como coincidente com as humanísticas, filosóficas e literárias), tanto que a Providência também pode se manifestar em correntes de pensamento (108,4); *a arte,* que revelaos dons de Deus (106,3) e leva a dar a conhecer a beleza de Deus (156,1); os *meios de comunicação* considerados instrumentos de crescimento humano e instrumentos ao serviço do Reino de Deus e da evangelização (96,1).

7.3. Surgem ainda outras expressões da capacidade humana de manipular a realidade e elaborar símbolos e ferramentas para organizar a vida no ambiente.

A *comida* (158,3) e *bebida* (112,2), com sua ingestão necessária, que é necessária, sem excluir a mortificação do paladar e também a abstenção pelo jejum (112,2).

O *habito*[[52]](#footnote-52)*,* feito em forma de cruz, é "um chamado à conversão, um sinal de consagração a Deus e de pertença à Ordem" (35,3), instrumento para exprimir a "condição dos frades menores" (35, 3) para testemunhar a pobreza. Portanto, onde é impossível o uso do hábito da Ordem, roupas simples o substituem (OG 2/14).

A *casa* aparece não apenas em seu sentido jurídico de sede de uma fraternidade da Ordem, ou ainda no sentido traduzido de grupo de frades que vivem em comum, mas precisamente no sentido específico de lugar de residência. A casa capuchinha deve ser humilde e pobre, adequada para peregrinos e estrangeiros (73,1), coerente com o contexto habitacional dos pobres da região (73,2), sem nunca se apropriar dela (66,1). Nela, a funcionalidade se combina com as necessidades de oração, estudo e intimidade dos frades que ali vivem e com seu trabalho e compromissos apostólicos, por um lado, - e ao mesmo tempo, por outro, com acessibilidade a todos, especialmente os humildes (73,2,3; 95,1). Por isso, distinguem-se os espaços reservados aos frades dos espaços de acolhimento e encontro dos convidados (95). A casa exige cuidados e manutenção (83,2; OG 4/9) e serviços diários de todos (90,4). A casa é símbolo de todo frade, chamado a ser morada da Trindade (59,3), e de toda fraternidade local, entendida como "casa e escola de comunhão" (94,4).

Aparece ainda *o dinheiro*, [[53]](#footnote-53)sobre o qual se oferece uma disciplina cuidadosa (68-70; 73,4; 76,1; 85,3; OG 4 / 3,4), a fim de evitar seu acúmulo e torná-lo um instrumento de partilha.

8. O homem é colocado por Deus em um ambiente maior, o da *criação*. A visão do cosmos apresentada pelas Constituições repousa sobre fundamentos bíblicos e franciscanos. [[54]](#footnote-54)De fato, Deus Pai fez tudo com sabedoria e amor (78,1), e semeou coisas boas e belas não apenas no coração do homem, mas também na harmonia da criação (156,1). De fato, a imagem de Cristo primogênito e Salvador está impressa em toda criatura (13, 1). Portanto, ao contemplá-los através da ciência, as obras da criação aparecem "grandiosas, maravilhosas e misteriosas" e levam ao culto de Deus (106,3). Em resposta, o homem é chamado a sair ao encontro de todas as criaturas com espírito fraterno e a oferecer a Deus o louvor de toda a criação (13,2)[[55]](#footnote-55).

9. O espaço da criação é também o lugar do *tempo*. Esta é considerada em sua dimensão cronológica, como um "presente precioso" (87,2), que não deve ser desperdiçado em sua irrepetibilidade, e deve ser administrado com planejamento e organização (87,3). Ele marca as etapas da formação do frade, os ministérios e simplesmente toda a sua vida (21,4). É um recurso a ser dedicado à oração e ao cuidado espiritual (15,3; 53,3; 55,2,3; 56,2; 57,3; 161,1), à formação (26; 34; 82,3), à vida fraterna (94,3), ao apostolado (15,3), mas também ao descanso e ao cuidado de si (86). No entanto, a perspectiva nuclear do tempo também é apreendida - e assim torna-se *história*[[56]](#footnote-56)*.* De fato, Deus com o tempo vem ao encontro do homem e o faz crescer para a plenitude da salvação (87,4), e dá a conhecer a si mesmo e sua providência através dos sinais dos tempos (87,4) e das experiências de vida (108,4).

A "irrepetibilidade de cada momento e de ocasiões favoráveis" (87,2) impele-nos então a viver de forma intensa e responsável, e faz do tempo o lugar do discernimento, da vigilância e da paciência (87,4).

10. No entanto, o presente está também ligado a preocupações por vezes vãs, das quais é necessário libertar-se (108,2), orientando-se para a *escatologia*. A fé em Cristo ressuscitado sustenta a esperança (51,2) da vida eterna (182,3), dos bens eternos (63,2), das coisas eternas (189,1), ou seja, do próprio Deus, do Pai e do Filho e do Espírito coeterno (189,3). A liturgia é uma associação com o eterno hino de louvor do Cordeiro (49,2; 189,3), e em particular a Eucaristia é celebrada em antecipação ao domingo sem pôr do sol que introduzirá o homem "no descanso de Deus" (52,2). A própria fraternidade é marcada pela escatologia, na medida em que "oferece um anúncio particular da vida futura, na qual os ressuscitados são irmãos entre si diante de Deus, que será tudo para eles" (169,6).

Enquanto se espera o último dia, a comunhão com os mortos permanece viva, no estado intermediário, pela troca de dons espirituais e orações (51,2).

**3.4. *A Mãe do Senhor e os santos***

A escatologia leva-nos finalmente a fixar o olhar na Mãe do Senhor[[57]](#footnote-57).

Nossa Senhora é considerada em vários aspectos de sua história terrena. Ela é a esposa de São José (52,7), e ao mesmo tempo "um exemplo sublime de perfeita consagração a Deus e de amor à beleza divina" (170,2) e traz em seu coração as "palavras que salvam" (1,5). Gerou Cristo, luz e salvação de todos os povos (181,3), é também "participante da pobreza e da paixão de seu Filho" (52,6) e, de fato, "caminho para alcançar o espírito dos pobres e Cristo crucificado" (52.6). Após a ressurreição, na manhã de Pentecostes, sob a ação do Espírito Santo, preside o início da evangelização em oração (181,3).

Os títulos com que é pregada são de derivação bíblica, magisterial, litúrgica e devocional. Maria é reconhecida como Imaculada (21,4; 52,6; 170,2) e, portanto, "tota pulchra" (170,2), "bem-aventurada" (1,5; 111,5; 170,2; 181,3). Ela é a mãe de Cristo (171,2; 181,3) e, portanto, mãe do Bom Pastor (181,3), mas também Mãe de Deus (52,6; 188,2), e mais articuladamente "filha e serva do Pai, mãe do Filho e esposa do Espírito Santo" (52,6). Além disso, Maria é reconhecida como Virgem (1,5; 52,6,7; 111,5; 170,2; 171,2; 181,3), de fato "Virgem feita Igreja" (52,6).

No que diz respeito à Ordem, Maria é chamada "mãe, advogada, padroeira" (52.6; cf 188.2), exemplo que orienta na profissão dos votos (21.4), ajuda a observar as Constituições (188.2), com especial apoio quanto à castidade (170,2). Ela deve, portanto, ser venerada "com devoção singular, especialmente com o culto litúrgico, o Ângelus e o Rosário" (52,6), cultivando com ela "uma relação intensa e uma união íntima" (170,2), preparando com o jejum na solenidade de sua Imaculada Conceição (111.5), promovendo sua devoção também entre o povo (52.6).

Outras figuras de santidade são convocadas das páginas das Constituições. São José é proclamado "esposo fiel da Virgem Maria, guardião do Redentor e humilde trabalhador" (52,7). Marta e Maria de Betânia são apresentadas como um exemplo de composição harmônica entre contemplação e ação (15,4). Em geral, reconhece-se de todos os santos o efetivo padroado e fecundidade da devoção (21,4; 52,6,8).

É óbvio que nas fileiras dos santos um lugar único é reconhecido para São Francisco, e também para Santa Clara (52,8; 101,3; 173,4) e os santos capuchinhos (7,2; 52,8; 110,2; 112,2; 177,2; 187,1), mas tal exame deve ser realizado em uma investigação separada e apropriada sobre a presença de São Francisco e da espiritualidade franciscana nas Constituições[[58]](#footnote-58).

**4. As Constituições pós-conciliares da Igreja (e da teologia)**

Concluamos agora este primeiro exame das Constituições capuchinhas em sua forma atual e façamos algumas avaliações conclusivas.

1. Em primeiro lugar, as Constituições são a expressão plena da Igreja do Vaticano II, tanto de fonte conciliar como de desenvolvimentos pós-conciliares. De fato, além das fontes bíblicas e litúrgicas (que devem ser estudadas de maneira específica), as citações dos documentos do Vaticano II são ininterruptas nas Constituições[[59]](#footnote-59). Ainda existem inúmeras referências ao magistério dos papas Paulo VI, [[60]](#footnote-60)João Paulo II (1996)[[61]](#footnote-61) e Bento XVI. [[62]](#footnote-62)Documentos relacionados ao Sínodo dos Bispos e Congregações ainda aparecem. A presença do *Catecismo da Igreja Católica* é pequenaenquanto os contatos do texto com o *Código de Direito Canônico* são contínuos.

2. Certamente, porém, a maior nova contribuição ao texto atual das Constituições vem da exortação pós-sinodal *Vita consecrata*. Principalmente, as duas adições mais significativas devem ser conectadas a essa fonte.

Um é certamente o espaço mais conveniente garantido ao mistério de Deus Trindade. Claro que já estava presente nas Constituições anteriores[[63]](#footnote-63), mas nas atuais encontra justa e ampla valorização, como explicamos nas páginas anteriores (§ 3.1). A Trindade está presente tanto em sua dimensão imanente quanto em seu compromisso histórico-salvífico, e as Constituições vinculam a Igreja (10,1), a experiência de São Francisco (2,1), a vocação (16,3) e a Ordem em seus vários aspectos: profissão (33), votos de pobreza (60,1) e obediência (158) e castidade (169), formação (23,1), vida fraterna (88,1), oração (45), governo (117,1), trabalho (78,1- 3), apostolado (146). O trabalho realizado nesta área é notável e, embora ainda imperfeita, muito satisfatório.

A outra adição importante é a introdução da *via pulchritudinis*. Deus, nas palavras de Boaventura, é "Aquele que é belo" (156.1) e sua beleza se reflete na beleza das coisas criadas (156.1), eminentemente em Nossa Senhora, a *Tota Pulchra*, "um exemplo sublime de amor à beleza divina" (170,2). De acordo com a Exortação *Vita consecrata* (19), a vida na castidade consagrada é vista também como "o resplendor da beleza divina" (169,3), pela ação do Espírito Santo que suscita o amor pela beleza divina (169,4). A beleza de Deus é a única que pode "satisfazer totalmente o coração do homem" (170,2) cheio de admiração São Francisco (60,5; 173,2), e o impele a convidar todas as criaturas a louvar e engrandecer o Senhor (156.1). Nesse sentido, os frades se empenham em torná-la conhecida "com palavras, escritos e também com expressões artísticas de inspiração cristã" (156,1). O tema está concentrado apenas nos cinco parágrafos indicados, podendo receber um uso mais amplo e uma melhor articulação trinitária.

3. A outra grande fonte das Constituições é obviamente a do patrimônio franciscano. Por citação literal ou mesmo por alusão, São Francisco e também Santa Clara aparecem nele através de seus escritos e biografias originais. São muito frequentes as citações das Regras não bulada e bulada, das quais as Constituições retomam a organização em doze capítulos, sendo importante o lugar do Testamento.

Aparecem também as fontes primordiais dos Estatutos de Albacina e das Constituições de 1536 (mas também outras edições posteriores). Aparecem os relatórios e cartas dos ministros gerais P. Rywalski, F. Carraro, J. Corriveau, M. Jöhri e as propostas dos sete Conselhos Plenários.

Agora, de uma forma geral, a das Constituições se apresenta como uma teologia composta, ou seja, oriunda de uma multiplicidade de fontes e formada pela recepção de uma *theologia communis*, aquela ancorada nas fontes bíblicas, litúrgicas e magisteriais. Para livrá-lo do perigo da generalidade, seria importante favorecer cada vez mais sua franciscanização.

Entre as fontes das origens, que são essenciais, e as mais recentes, ligadas à contemporaneidade e por vezes ocasionadas por problemas contingentes, será conveniente, portanto, inserir - pelo menos no momento da interpretação e assimilação - também as grandes referências, tanto, em geral, da teologia franciscana, como, em particular, dos capuchinhos. A ferramenta adequada poderia ser um projeto de estudos temáticos e históricos, com o objetivo de fazer chegar à geração atual de frades o tesouro centenário de sua teologia e espiritualidade.

Além de ouvir as vozes franciscanas de forma mais ampla, ainda seria melhor retirar os temas da antropologia da fragmentação, lendo-os também em chave franciscana. Desta vez, o instrumento poderia ser a elaboração de uma *Ratio Formationis* adequada, que acompanhe o frade em todo o seu itinerário como batizado e consagrado, garantindo que a sabedoria do Evangelho se traduza também em uma adequada maturidade humana[[64]](#footnote-64).

4. No que diz respeito à permanência ao longo dos séculos das primeiras Constituições, pode parecer que as Constituições pós-conciliares até a versão atual tiveram um caminho muito fluido.

Mas, por um lado, pela sua amplitude e poder, a renovação posta em marcha pelo Vaticano II encontra precedente apenas no Concílio de Trento, em cujo contexto os capuchinhos iniciaram o seu caminho. A plena assimilação do evento conciliar, com sua dinâmica de retorno às origens e atualização, e depois de todas as suas ondas subsequentes, exigiu um compromisso distribuído ao longo do tempo. A tarefa também não pode ser considerada concluída, pois o pontificado do Papa Francisco, que começou após a redação das Constituições, deve ser incorporado também à sensibilidade da Ordem, mas que não pode deixar de afetar o caminho da Ordem[[65]](#footnote-65).

Por outro lado, o mundo contemporâneo muda rápida e continuamente, fazendo com que a Igreja e a Ordem reflitam com frequência nele, e assim será para o futuro. Será então necessária uma atitude mentalmente elástica, que, sem alterar com demasiada frequência a estrutura das Constituições, seja capaz de ler os sinais dos tempos e elaborar o caminho da Ordem numa sociedade globalizada, complexa e em constante mudança.

Desta forma, ligados às suas raízes históricas e ao percurso da tradição da Ordem, aprofundados nos pilares da sua teologia que se mantiveram substancialmente inalterados ao longo dos séculos, apoiados e integrados por ferramentas de atualização que os inculturam em momentos históricos e em regiões geográficas, as Constituições continuarão sendo o que são há quase quinhentos anos: um código de espiritualidade e formação que acompanhou um inumerável e luminoso grupo de irmãos à plenitude da santidade, o primeiro veículo de transmissão e partilha do carisma e, portanto, para a comunhão na Ordem.

**RESUMO**

As Constituições capuchinhas aprovadas pela Santa Sé em 2013 marcam o culminar do caminho de renovação da Ordem, na Igreja conciliar e pós-conciliar. Abrange todos os temas da teologia. Sem ser um tratado, o texto, no entanto, abrange todos os temas da dogmática em graus variados. Suas afirmações se apresentam nas esferas trinitária, eclesiológica e antropológica. Ligado ao mandato de respeitar e enriquecer a edição anterior, o atual texto constitucional é consideravelmente enriquecido sobretudo por um triadocentrismo mais decisivo, com o emergir em particular da ligação entre o mistério trinitário e a vida consagrada e com a adoção da *via pulchritudinis*.

1. Para todo o processo de preparação, apresentação, elaboração, aprovação do texto cf. C. Calloni (ed.), *Atas do Capítulo Geral 84*, 3 vols., Cúria Geral OFMCap, Roma 2012. Cf. F. Cangelosi , *Relatório Geral* , aí, II, 657-708. [↑](#footnote-ref-1)
2. O caminho até o capítulo de 2006 pode ser reconstruído através de C. Cargnoni , *Bibliografia sobre a renovação legislativa da Ordem dos Capuchinhos (1964-2006)* , acessível no site www.ofmcap.org. [↑](#footnote-ref-2)
3. Para uma primeira aproximação às Ordenações de Albacina cf. F. Elizondo, "Las constituciones capuchinas de 1529. En el 450 aniversario de su redacción en Albacina", in *Laurentianum* 20 (1979), 421-434; F. Acrocca, " A Influência dos Espirituais nas Constituições de Albacina", em V. Criscuolo (ed.), *Ludovico da Fossombrone e a ordem dos Capuchinhos* (Bibliotheca seraphico-capuccina. 44), Instituto Histórico dos Capuchinhos, Roma 1994, 271-306. [↑](#footnote-ref-3)
4. O texto da edição crítica foi publicado nas *Primeiras Constituições dos Frades Menores Capuchinhos*, c. por FA Catalano - C. Cargnoni - G. Santarelli, Itália franciscana, Roma 1982, 170-204; *Os Frades Capuchinhos. Documentos e testemunhos do primeiro século*, c. por C. Cargnoni, I, EFI, Perugia 1988, 253-464; *Os Frades Capuchinhos. Fontes documentais e narrativas do primeiro século (1525-1619)*, c. por V. Criscuolo, OFMCap Cúria Geral, Roma 1994, 163-244. Os desenvolvimentos posteriores das Constituições ocorreram nos anos de 1552, 1575, 1608, 1643, 1909, 1925, cujo texto está nos dois volumes *Constitutiones Antiquae (1529-1643)*, General Curia OFMCap, Roma 1980, e *Constitutiones Recentiores* (1909-1925), OFMCap Cúria Geral, Roma 1986. F. Elizondo, " Las Constituciones Capuchinas de 1536", em *Estudios Franciscanos* 83 (1982), 143-252; Id., « Estructura y lenguaje de las Constituciones capuchinas de 1536 " *,* em *Laurentianum* 24 (1983), 283-296 ; Id., "Constituciones Capuchinas de 1575 en torno a centenario" em *Laurentianum* 16 (1975), 1-52; Id., "Contido de las Constituciones Capuchinas de 1575 y su relación com a legislación anterior", in *Laurentianum* 16 (1975), 225-280; Id., "Las Constituciones Capuchinas de 1608", em *Laurentianum* 17 (1976), 153-208; Id., "Las constituciones capuchinas de 1638", em *Laurentianum* 17 (1976), 313-387. Cf. também M.-A. de Lauzon, *Conférences spirituelles sur les Constitutions des Frères Mineurs Capucins* , 3 vols., General Curia OFMCap, Roma 1959-1961. [↑](#footnote-ref-4)
5. Cf. F. Cangelosi , *General Report* , cit., 686-688. [↑](#footnote-ref-5)
6. Para uma abordagem global das Constituições de 1968, cf. A. de Sobradillo , "Las nuevas constituciones de la Orden capuchina", em *Estudios Franciscanos* 72 (1971), 165-188; Id., " Las nuevas constituciones de la Orden capuchina (Continuación)", em *Estudios Franciscanos* 73 (1972), 173-215; L. Iriarte, *Os capuchinhos se renovam: reflexões sobre as novas constituições* , Editrice Francescana, Turim 1970; Id., *As Constituições Capuchinhas renovadas* (Auxílios à formação permanente. 4), CISPCap, Roma 1978; Id., *As Constituições capuchinhas renovadas: leitura aos dez anos de "experiência"* (Auxílios à formação permanente. 4/2), CISPCap, Roma 1978. Sobre alguns aspectos particulares cf. M. Erburu, " Valor moral de las nuevas Constituciones Capuchinas" , em *Laurentianum* 10 (1969), 79-91; S. Ara, " A renovação acomodada da formação para a vida religiosa capuchinha", in *Laurentianum* 10 (1969), 142-172; O. Schmucki , "Nossa vida de oração: notas sobre o capítulo III das Constituições dos Frades Menores Capuchinhos", in *L'Italia Francescana* 56 (1981), 109-136.

Sobre as Constituições de 1986 cf. C. Rizzatti, *Reflexões sobre as Constituições dos Frades Menores Capuchinhos* (Auxílios ao estudo das Constituições. 1), OFMCap Cúria Geral, Roma 1990; Conferência de Superiores Maiores Capuchinos de Venezuela, Equador, Colômbia , *Guias de estudo das Constituições dos Frades Menores Capuchinhos* (Auxílios ao estudo das Constituições. 2), OFMCap Cúria Geral, Roma 1990; L. Iriarte , "As novas constituições dos Frades Menores Capuchinhos: entre criatividade e instituição, entre fidelidade e renovação", in *Laurentianum* 35 (1994), 491-515; T. Ricci, *O patrimônio espiritual das Constituições dos Frades Menores Capuchinhos* (Auxílios ao estudo das Constituições. 3), Cúria geral OFMCap, Roma 1991; S. Ara, *El património espiritual de los Capuchinos: comentário aos capítulos V, VI, XI, IV e X das Constituciones de Capuchinos* (Colección OPI), Curia Provincial de Capuchinos, Pamplona 1996; M.- A. Peña González, «Dimensión espiritual las constituciones amplias de los hermanos menores», in *Naturaleza y gracia* 44 (1997), 415-452; Id., " Identidad del capuchino, como hermano menor a la luz de las constituciones de 1990", in *Naturaleza y gracia* 47 (2000), 7-195. [↑](#footnote-ref-6)
7. Cf G. Canobbio - P. Coda (ed.), *Teologia do século XX. Um balanço* , 3 vols., Città Nuova, Roma 2003; Cap. Theobald , «O devir da teologia católica depois do Concílio Vaticano II», em *História do cristianismo. Religião, política, cultura* , XII: *Crise e renovação: de 1958 até os dias atuais* , c. por A. Riccardi, Borla, Roma 2004, 161-204. [↑](#footnote-ref-7)
8. O exemplo monumental é constituído pelos volumes de *Mysterium salutis* , editados por J. Feiner e M. Löhrer, com o subtítulo *Novo curso de dogmática como teologia da história da salvação* , a partir de 1965. Uma aplicação mais recente está em R. Fisichella - G. Pozzo - G. Lafont, *Teologia entre revelação e história. Introdução à teologia sistemática* (Curso de teologia sistemática. 1), EDB, Bolonha 1996. Cf G. Pasquale, *A história da salvação. Deus, o Senhor do tempo e da história* (Diaconia à verdade. 11), Paoline, Milão 2002. [↑](#footnote-ref-8)
9. Referimo-nos aos estudos de G. Lafont, *Peut-on connaître Dieu en Jésus-Christ? Problematique* (Cogitatio fidei. 44), Cerf, Paris 1969; "Breve ensaio sobre os fundamentos da Cristologia", em R. Fisichella ( ed.), *Jesus o Revelador. Teologia Fundamental* , Piemme, Casale M. (AL) 1988, 120-139; *Deus, tempo e ser* , Piemme, Casale M. (AL) 1992. [↑](#footnote-ref-9)
10. Sobre a recuperação da centralidade da Páscoa na fé cristã cf. R. Cantalamessa, *A Páscoa da nossa salvação. As tradições pascais da Bíblia e da Igreja primitiva*, Marietti 1820, Turim 2 2007, e também *a Páscoa: uma passagem para o que não passa*, São Paulo, Cinisello B. (MI) 2 2008. Sobre o papel do centro de gravidade da Páscoa na revelação e na teologia, o ponto de partida pode ser o de HU von Balthasar e seu ensaio em *Misterium Salutis* (1967), também acessível independentemente como *a Teologia dos três dias. Mysterium paschale* (Biblioteca de Teologia Contemporânea, 61), Querinana, Brescia 8 2011. Cf Em geral cf M. Gonzalez. *A recentralização pascal-trinitária da teologia sistemática no século XX* , em P. Coda (ed.), *A Trindade e o pensamento. Figuras, caminhos, perspectivas*, Città Nuova, Roma 1997, 331-371. [↑](#footnote-ref-10)
11. A referência é à contribuição de Karl Rahner em *Mysterium Salutis* (1967), então republicado independentemente como *La Trinità* (Biblioteca de teologia contemporânea, 102), Queriniana, Brescia 4 2008. Para um resumo recente, ver Comissão Teológica Internacional, *Deus Trindade, unidade dos homens. Monoteísmo cristão contra a violência*, em *La Civiltà Cattolica* 164 (2014/1), 157-212. [↑](#footnote-ref-11)
12. Cf T. Goffi, *Ética Cristã Trinitária*, EDB, Bolonha 1995 e Comissão Teológica Internacional, *Em busca de uma ética universal: um novo olhar sobre o direito natural* (2009), in *Civiltà Cattolica* 160 (2009/2), 319-426. [↑](#footnote-ref-12)
13. Milestone é a opereta de Klaus Hemmerle *Thesis of Trinitarian Ontology. Para uma renovação da filosofia cristã*,Città Nuova, Roma 1986. Pelo mesmo A. ver também *Partindo da unidade. A Trindade como estilo de vida e forma de pensamento* (Contributi di theologia. 24), Città Nuova, Roma 1998. [↑](#footnote-ref-13)
14. Já enraizado no Vaticano II, foi desenvolvido no Sínodo de 1985, especificado pela Congregação para a Doutrina da Fé com a *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre alguns aspectos da Igreja entendida como comunhão* (1992) e completada por João Paulo II na Carta Apostólica *Novo millennio ineunte* (2000). Cf. Comissão Teológica Internacional, *Temas selecionados de eclesiologia por ocasião do 20º aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II* (1984): *EV*; J. Ratzinger*, A eclesiologia da constituição "Lumen gentium"* , in R. Fisichella ( ed. ), *O Concílio Vaticano II, Acolhimento e atualidade à luz do Jubileu* , São Paulo, Cinisello B. 2000 , 68-81. [↑](#footnote-ref-14)
15. Esta é a abordagem do Vaticano II, particularmente na *Gaudium et spes*. Cf L. Ladaria , *O homem à luz de Cristo no Vaticano II* , em LF Ladaria - R. Latourelle (ed.), *Vaticano II. Vinte e cinco anos depois (1962-1987)*, Cittadella, Assis 1987, 939-951. [↑](#footnote-ref-15)
16. Cf Comissão Teológica Internacional, *Desejo e conhecimento de Deus Teologia - Cristologia - Antropologia* (1982), *EV* 19 / 1164-1169; Id., *Comunhão e serviço. A pessoa humana criada à imagem de Deus* (2004): *EV* 22 / 2870-2964. Cf P. Coda, "Sobre o conceito e o lugar de uma antropologia trinitária", em Id. - L. Žák(edd.), *Habitando a Trindade* (Série de teologia. 35), Città Nuova, Roma 1998, 123-136. [↑](#footnote-ref-16)
17. Da necessidade de abordagens pastorais diversificadas com base, por exemplo, para o território, os sínodos especiais com exortações pós-sinodais, todos emitidos por João Paulo II: *Ecclesia in Africa* (1995) são uma expressão; *Ecclesia in America* (1999); *Ecclesia in Asia* (1999); *Ecclesia in Oceania* (2001), 51-52; *Ecclesia in Europa* (2003). Uma teologia inculturada deve servir a abordagens pastorais específicas. Sobre estas perspectivas, ver Comissão Teológico Internacional, *Fé e Inculturação* (1989): *EV* 11 / 1347-1424; Id., *Cristianismo e religiões* (1997): *EV* 15/986-1113; Id., *Teologia hoje*. *Perspectivas, princípios e critérios* (2011), in *La Civiltà Cattolica* 162 (2012/2), 44-94. [↑](#footnote-ref-17)
18. Além do texto da Exortação (*EV* 15 / 434-775), é útil consultar os *Lineamenta* do Sínodo (1992), em *Enchiridion do Sínodo dos Bispos* , II, EDB, Bolonha 2006, 4374-4449, e o *Instrumentum laboris* (1994), aqui, *4450-4625* . Incisivos sobre a teologia da vida consagrada e sobre as Constituições são também os documentos da Congregação competente: *Mutuae Relationes* (1978): *EV* 6 / 586-717; *Promoção religiosa e humana* (1980): *EV* 7, 436-504; *Dimensão contemplativa da vida religiosa* (1980): *EV* 7 / 505-541; *A vida religiosa no ensino da Igreja. Seus elementos essenciais nos Institutos dedicados às obras de apostolado* (1983): *EV*; *Diretrizes sobre a formação nos institutos religiosos* (1990): *EV* 12/1-139; *Vida fraterna em comunidade* (1994): *EV* 14 / 345-537; *Colaboração interinstitutos para a formação* (1998): *EV* 17 / 1806-1895; *Começando de novo de Cristo.* *Um renovado compromisso de vida consagrada para o terceiro milênio* (2002): *EV* 21 / 372-510; *O serviço da autoridade e da obediência* (2008), LEV, Cidade do Vaticano 2008. Sobre o impacto no mundo franciscano cf. P. Martinelli (ed.), *A renovação da vida consagrada e da família franciscana*, EDB, Bolonha 2007 . [↑](#footnote-ref-18)
19. Sobre a visão são franciscana de Deus cf. C. Dallari, «Francisco de Assis, um traço esquecido: o “teólogo”», em G. Ravaglia (ed.), *La sapienza della Parola*, Inchiostri Associati, Bologna 2000, 149-165; T. Matura, *Francesco fala de Deus* , Biblioteca Franciscana, Milão 1992, 1-63.93-98. [↑](#footnote-ref-19)
20. Sobre a cristologia franciscana N. Nguyen-Van-Khanh *, Jesus* *Cristo* *no pensamento de São Francisco segundo seus escritos* , Biblioteca Francescana, Milão 1984; G. Iammarrone , *cristologia franciscana. Impulsos para o presente*, Messaggero, Pádua 1997; C. Vaiani, *Ver e crer. A experiência cristã de Francesco d'Assisi*, Glossa, Milão 2000; F. Acrocca "Cristo e sua cruz na experiência de São Francisco de Assis", in *Theological Research* 18 (2007), 207-226. Sobre a cristologia das Constituições cf. O. van Asseldonk, " A pessoa de Cristo nas primeiras (e últimas) constituições", em *L'Italia Francescana* 53 (1978), 667-679; F. Elizondo , "Cristo y San Francisco en la constituciones capuchinas de 1536", em *Laurentianum* 24 (1983), 76-115; M. Darpetti , "As novas Constituições capuchinhas e o rosto de Cristo", em G. Fiorini (ed.), *O único Salvador. Teologia e Graça*, Viterbo 1998, 151-158. [↑](#footnote-ref-20)
21. Para a pneumatologia franciscana, cf. M. Melone, "Com Deus não há preferência de pessoas, e o Espírito Santo, ministro geral da Ordem, repousa igualmente sobre os pobres e os simples (2Cel 193)", em Pe. Martinelli (ed.), *Autoridade e obediência na vida consagrada e na família franciscana*, EDB, Bolonha 2008, 109-124; Id ., « *Donum in quo omnia alia donantur* . Aspectos da teologia do Espírito Santo em Bonaventura da Bagnoregio”, in *Theological Research* 17 (2006), 51-75; Id., «Spirito Santo», no *Dicionário Bonaventurian*, editado por E. Caroli, EMP, Pádua, 2008, 761-771*.* Com referência à consagração religiosa, cf. Y. Spiteris, " O Espírito como fonte de animação e renovação da vida consagrada", em P. Vanzan - F. Volpi (ed.), *O Espírito Santo e a vida consagrada*, Il Calamo, Roma 1999, 163-174; P. Martinelli, " A animação do Espírito em Cristo e na vida consagrada", *ibid*., 283-296. [↑](#footnote-ref-21)
22. Em geral para a esfera franciscana cf F. Accrocca, "A Trindade nos escritos de São Francisco de Assis", em G. Cipollone (ed.), *A libertação dos 'cativos' entre o cristianismo e o islamismo*, LEV, Cidade do Vaticano 2000, 419-437; M. Melone , «“Cremos e amamos… o Deus altíssimo e supremo e eterno, três e um” (RnB 23,11). A dimensão trinitária da espiritualidade de Francisco de Assis”, in P. Martinelli (ed.), *A graça das origens*, EDB, Bolonha, 2009, 235-259. Para o específico capuchinho cf. F. Neri, "O Mistério Trinitário nas Constituições dos Capuchinhos", na *Itália Franciscana* 81 (2008), 265-282. [↑](#footnote-ref-22)
23. Sobre a eclesiologia das Constituições cf. R. Armstrong, "A visão eclesial das Constituições capuchinhas de 1982", in *Laurentianum* 25 (1984), 152-180; D. Spatola, Autoconsciência *eclesiológica nas constituições dos Frades Menores Capuchinhos: análise e perspectiva* , Faculdade Teológica da Sicília, Palermo 2004; W. Henn , *As atuais Constituições dos Frades Menores Capuchinhos à luz dos ensinamentos recentes do magistério na área da eclesiologia* , acessível em [www.ofmcap.org](http://www.ofmcap.org) . Cf. também P. Martinelli, "Eclesialidade da vida religiosa: um valor fundamental para os franciscanos", in Id. (Ed.), *A renovação da vida consagrada e da família franciscana*, EDB, Bolonha 2007, 73-97. [↑](#footnote-ref-23)
24. Cf P. Martinelli, "O lugar da vida consagrada numa Igreja inteiramente missionária", in *Religiosi in Italia* 8 (2003), 201-210. [↑](#footnote-ref-24)
25. Cf. P. Martinelli, «Sobre a “essencialidade” (ou “necessidade”) da vida consagrada na Igreja para o mundo. Notas para uma pesquisa em andamento », in *Religiosos na Itália* 10 (2005), 32-46. [↑](#footnote-ref-25)
26. Cf Aa.Vv., *Palavra de Deus e Francisco de Assis*, Cittadella, Assis 1982; G. Cardaropoli - M. Conti (ed.), *Leitura bíblico-teológica das fontes franciscanas*, Antonianum, Roma 1979; A. Drago, « Palavra de Deus», no *Dicionário Franciscano*, Messaggero, Pádua 2 1995, 1354-1370;D. Dozzi , *O Evangelho na Regra não carimbada de Francisco de Assis* , Instituto Histórico dos Capuchinhos, Roma 1989; Identidade., *«Assim diz o Senhor». O Evangelho nos Escritos de São Francisco*, EDB, Bolonha 2000; S. Bovis, *Francisco e a Palavra. A revelação da Palavra na experiência vocacional de São Francisco e dos primeiros Companheiros*, Porciúncula, Assis 1999; L. Iriarte , *Vocação Franciscana* , EDB, Bolonha 6 2006, espec. 43-53; Th. Matura, « La Parole de Dieu dans les Écrits de François», em *«Verba Domini Mei». A Opuscula de Francisco de Assis 25 anos depois da edição de K. Esser* , Antonianum, Roma 2003, 211-219; C. Vaiani , *Ver e crer. A experiência cristã de Francisco de Assis*, Glossa, Milão 3 2007, espec. 51-63; P. Martinelli (ed.) , *Palavra de Deus, vida espiritual e franciscanismo* , EDB, Bolonha 2008. Para as especificidades dos Capuchinhos, cf. F. Raurell, *Os Capuchinhos e o estudo da Bíblia*, Instituto Franciscano de Espiritualidade - Facultat de Teologia de Catalunya, Roma - Barcelona, 1997. [↑](#footnote-ref-26)
27. Cf U. Occhialini , "Lectio divina monastica e espiritualidade bíblica de São Francisco", em Aa.Vv., *Palavra de Deus e Francisco de Assis* , Cittadella, Assis 1982, 42-63; T. Lorenzin, "A *lectio divina* em São Francisco de Assis e Santo Antônio de Pádua", em G. Cappelletto (ed.), *"Ele ensinou a Palavra entre eles"* , Messaggero, Pádua 2000, 293-309; N. Dell'Agli, «Um caminho franciscano para a *Lectio divina* », in *Italia Franciscana* 80 (2005), 261-276. [↑](#footnote-ref-27)
28. O. Schmucki , *Oração litúrgica segundo o exemplo e ensinamento de São Francisco* , CISPCap, Roma 1979; F. Rampazzo , «Esboços da liturgia franciscana. Levantamento histórico sobre o desenvolvimento do Santorale franciscano”, in *Laurentianum* 40 (1999), 501-518; Id., «Espiritualidade litúrgica franciscana. Investigação sobre as fontes e o espírito da Ordem”, na *Itália Franciscana* 75 (2000), 71-86. [↑](#footnote-ref-28)
29. Cf K. Esser, " A Doutrina Eucarística de São Francisco", em Id., *Temas Espirituais*, Biblioteca Franciscana, Milão 1973, 321-284; 207-253; R. Falsini, « Eucaristia», no *Dicionário Franciscano*, 611-639; EU. Lehmann - P. Martinelli - P. Missa, *Eucaristia, vida espiritual e franciscanismo*, EDB, Bolonha 2006; F. Neri, " A Eucaristia na experiência cristã de São Francisco de Assis", em L. Bianchi (ed.), *A Eucaristia na Tradição Oriental e Ocidental*, Veneza 2007, 157-176. [↑](#footnote-ref-29)
30. Sobre a visão franciscana do sacerdócio cf. F. Neri, *"Meus senhores, filhos e irmãos". São Francisco de Assis e os sacerdotes*, EDB, Bolonha 2010. [↑](#footnote-ref-30)
31. A faculdade de administrar este sacramento é conferida aos frades sacerdotes pelo Ordinário local e pelo Ordinário religioso, bem como - *ad modum actus* - pelo guardião (115,1), e permite-lhes receber a confissão dos frades em qualquer lugar do mundo (115.2). [↑](#footnote-ref-31)
32. Parece, portanto, que a visão subjacente é a da "extrema-unção". Seria mais atual vincular o sacramento à sua natureza de apoio para enfrentar de maneira cristã a prova da doença grave. [↑](#footnote-ref-32)
33. Em outros lugares também é chamado de "um bem para a Igreja" (17,1), e "um dom especial de Deus na vida da Igreja" (33,5). [↑](#footnote-ref-33)
34. Cf G. Pasquale, *A natureza escatológica da vida consagrada*, em «Acreditar hoje» 28 (2008/3), 77-91. [↑](#footnote-ref-34)
35. Cf JA Merino, *humanismo franciscano. Franciscanismo e o mundo hoje* , Cittadella, Assis 1984; G. Gniecki , *Visão do homem nos escritos de Francisco de Assis* , Antonianum, Roma 1987; R. Zavalloni , O *homem e seu destino no pensamento franciscano* , Porciúncula, Assis 1994; G. Iammarrone, «Antropologia teológica franciscana», no *empenho eclesial dos Frades Menores Conventuais na cultura ontem e hoje (1209-1997)* , Miscelânea Franciscana, Roma 1998, 283-310; D. Dozzi, "A antropologia de Francisco de Assis a partir de seus escritos", in G. Pasquale - PG Taneburgo (ed.), *O homem supremo: por uma antropologia cristã e franciscana* , EDB, Bolonha, 2006, p. 65-88; JB Freyer, *Homo viator: o homem à luz da história da salvação. Uma antropologia teológica em uma perspectiva franciscana*, EDB, Bolonha 2008. [↑](#footnote-ref-35)
36. O Espírito Santo é definido como a "alma da Igreja" (78,3), e essa caridade é a "alma do apostolado" (157,1). O serviço à fraternidade é amplamente definido como "animação". [↑](#footnote-ref-36)
37. As Constituições também usam a expressão "estar no coração" para significar a atribuição de especial importância, no que diz respeito à adesão ao Magistério (183,1), ao conhecimento da Regra (7,3), ao vínculo com o Ordem Franciscana Secular (102,5; 155,2). Em sentido figurado, a Eucaristia é chamada de "coração da fraternidade" (48,1), pois está colocada no centro e vivifica a fraternidade. [↑](#footnote-ref-37)
38. Aparece também na expressão comum, de recordar, "ter presente", em relação à vocação apostólica (81,5). [↑](#footnote-ref-38)
39. A distinção entre os vários significados do termo, no entanto, nem sempre é certa. Também nos parece que às vezes o uso da letra minúscula ou maiúscula inicial não é seguro. Além disso, mesmo nas fontes bíblicas, o uso do termo nem sempre é unívoco no mesmo texto.

Note-se também que, com seu valor psicológico de poder volitivo, aparece o termo *animo* (92,4): generoso (12,1; 157,4; 159,4); grato (16,3; 89,1); feliz (78,5; 172,8); aberto e confiante (108,4; 160,3); disponível (147,8); pronto (148,1; 157,4); profético (177,6). [↑](#footnote-ref-39)
40. Também aparece em seu significado eclesiológico como o "Corpo de Cristo" (10,6; 51,1; 117,1; 151,1; 175,5). [↑](#footnote-ref-40)
41. Mais frequentemente, o termo *carne* aparece em referência à encarnação do Verbo. [↑](#footnote-ref-41)
42. O nascimento é mencionado apenas em relação a Jesus (60,2). A morte é evocada pelo caminho de Jesus (22,2; 60,3; 88,2; 114,1; 158,1), de São Francisco (188,1), do papa (OG 3/2), do frade individual (92,4). Maior atenção ao ciclo de vida e fases da Conferência Italiana dos Ministros Provinciais Capuchinhos, *Projeto formativo dos Frades Menores Capuchinhos italianos* , n. 26-35, EDB, Bolonha 2011, 34-42. [↑](#footnote-ref-42)
43. Cf. P. Martinelli (ed.), *Masculino e feminino, vida consagrada, Franciscanismo. Escritos para o VIII centenário da Ordem de Santa Chiara (1212-2012)*, EDB, Bolonha 2012. [↑](#footnote-ref-43)
44. É entendido não apenas em referência a Deus (e uma vez também a Cristo: 189,1). [↑](#footnote-ref-44)
45. Cf. F. Iozzelli, "Vida fraterna na primitiva Ordem Franciscana", em *Franciscan Studies* 74 (1977), 259-313; OU. furgão Asseldonk , " Fisionomia da fraternidade franciscana" , na *Itália franciscana* 57 (1982), 631-640; A. Pompei , "A Fraternidade nos Escritos de São Francisco e no primeiro século franciscano", em Franciscan *Miscellany* 93 (1993), 3-63; F. Uribe, "A fraternidade na forma de vida proposta por Francisco de Assis", in C. Di Nardo - G. Salonia ( ed.), *A fraternitas de Francisco de Assis* . *,* Itália franciscana, Giulianova (TE) 2003, 131-155; L. Lehmann , "A ideia fundadora da Ordem Franciscana", em P. Martinelli (ed.) , *A graça das origens* ,EDB, Bolonha 2009, 15-46. [↑](#footnote-ref-45)
46. Assim se resume em J. Corriveau , Carta Circular *Fraternidade Evangélica* (1997): “ Uma fraternidade de irmãos menores, servidores do mundo. Uma fraternidade contemplativa. Uma fraternidade pobre e austera. Uma fraternidade inserida entre os pobres. Uma fraternidade dedicada à justiça, paz, respeito pela natureza. Uma fraternidade cheia de calor humano”, em *Analecta OFMCap* 13 (1997), 13. [↑](#footnote-ref-46)
47. No plural, falamos de um mundo "sede de Deus" (59,2), ou de homens, atraídos a amar a Deus com alegria (15,5). [↑](#footnote-ref-47)
48. Cf GF Benegiamo, *Autoridade e liberdade nas constituições capuchinhas: uma contribuição à visão teológico-moral da relação entre autoridade e liberdade na vida religiosa*, Bari 1988; P. Martinelli P., "Livre para buscar a Deus. Notas teológicas espirituais", in *Vita Consacrata* 45 (2009), 125-161. [↑](#footnote-ref-48)
49. P. Martinelli, « A obediência salvífica de Cristo e a obediência na vida consagrada», in *Religiosi in Italia* 13 (2008), 48 \* -54 \*. [↑](#footnote-ref-49)
50. Cf L. Simanullang, *Conversão contínua: as Constituições atuais (1990) dos Frades Menores Capuchinhos como estímulo para uma renovação da vida da Ordem* (Dissertationes ad Doctoratum. 332), Antonianum, Roma 1993. [↑](#footnote-ref-50)
51. Cf L. Izzo, *Simplicidade evangélica na espiritualidade de S. Francesco d'Assisi* (Estudos e pesquisas. 2), Laurentianum, Roma 1971. [↑](#footnote-ref-51)
52. Cf. C. Roberto, *No papel de Francesco. O papel do vestido na vida do Santo de Assis*, Stilo, Bari 2009. [↑](#footnote-ref-52)
53. Cf A. Caciotti - M. Melli, *Os Franciscanos e o uso do dinheiro*, Biblioteca Francescana, Milão 2011; M. Carbajo Núñez, *Economia Franciscana. Uma proposta para superar a crise*, EDB, Bolonha, 2014. [↑](#footnote-ref-53)
54. Cf. M. De Marzi, *S. Francesco d'Assisi e ecologia*, Borla, Roma 1981; L. Mathieu, *A Trindade criativa segundo São Boaventura*, Biblioteca Franciscana, Milão 1994; F. Uribe (ed.), *O “Liber naturae” na “Lectio antoniana”*, Antonianum, Roma 1996; L. Profili, *O livro da criação lido com São Francisco*, Porciúncula, Assis 1997; G. Beschin , "A criatura símbolo do criador em São Boaventura à luz da razão e da fé", em *Doctor Seraphicus* 47 (2000), 43-64. [↑](#footnote-ref-54)
55. As Constituições usam o termo genérico *criatura*. Nem anjos (inclusive caídos) nem animais aparecem, embora tenham lugar na história da salvação e na espiritualidade franciscana. Cf. F. Cardini, «Francisco de Assis e os animais», in *Franciscan Studies* 78 (1981), 7-46: Id., «O lobo de Gubbio. Dimensão histórica e dimensão antropológica de uma “lenda” », in *Franciscan Studies* 74 (1977), 315-343. [↑](#footnote-ref-55)
56. No contexto franciscano, a referência agora clássica é a J. Ratzinger, *São Boaventura. A teologia da história*, Nardini, Florença 1991 (ou. 1959). [↑](#footnote-ref-56)
57. Sobre a mariologia franciscana ver o número de *Quaderni di spiritualità Franciscan* 22 (2000); S. Cecchin, *Maria Senhora Santa e Imaculada no pensamento franciscano*, Pontifícia Academia Mariana Internationalis, Cidade do Vaticano, 2001; G. Salonia, " Maria: caminho da beleza como caminho da salvação", na *Itália Franciscana* 78 (2005), 67-84. [↑](#footnote-ref-57)
58. Cf. F. Elizondo, " Cristo y San Francisco en la constituciones capuchinas de 1536", em *Laurentianum* 24 (1983), 76-115; O. Schmucki, *A figura de São Francisco nas primeiras Constituições capuchinhas de 1529* (Os Frades Capuchinhos. Ajudas para a leitura de documentos e testemunhos do primeiro século. 4), CISPCap, Roma 1989; Id., *A figura histórica e espiritual de São Francisco nas Constituições Capuchinhas de 1536* (Os Frades Capuchinhos. Ajudas para a leitura dos documentos e testemunhos do primeiro século. 5), CISPCap, Roma 1989; J. Kazmierczak, *São Francisco nas Constituições dos Frades Menores Capuchinhos* (Dissertationes ad Doctoratum. 323), Antonianum, Roma 1991. [↑](#footnote-ref-58)
59. Sobre o impacto no mundo franciscano cf. P. Martinelli (ed.), *A renovação da vida consagrada e da família franciscana*, EDB, Bolonha 2007. Para os capuchinhos cf F. Neri, "A recepção do Vaticano II na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos", *ibid*., 167-183. [↑](#footnote-ref-59)
60. As principais referências ao magistério de Paulo VI incluem a Carta Encíclica *Ecclesiam suam* (1964), a Carta Apostólica *Ecclesiae Sanctae* (1966), a Constituição Apostólica *Paenitemini* (1966), a Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio* (1971), a Exortação Apostólica *Marialis cultus* (1974), a Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi* (1975). Cf. também Paulo VI, *Caros Capuchinhos...* , Frei Indovino, Perugia 1985, que reúne onze intervenções realizadas entre 1963 e 1976. [↑](#footnote-ref-60)
61. Citações e referências aoCarta encíclica *Laborem exercens*. (1981), a Exortação Apostólica *Familiaris consortio* (1981), a Exortação Apostólica *Redemptionis donum* (1984), a Carta Encíclica *Redemptoris Mater* (1987),a Carta Encíclica *Sollecitudo rei socialis* (1987), a Exortação Apostólica *Christifideles laici* (1988), a Carta Apostólica *Euntes in mundum* (1988), a Carta Apostólica *Mulieris dignitatem* (1988), a Carta Apostólica *Redemptoris missio* (1990), a *Tertio apostólica Millennio Adveniente* (1994), a Carta Encíclica *Orientale lumen* (1995), a Carta Encíclica *Evangelium vitae* (1995), a Carta Apostólica *Dies Domini* (1998), a Carta Apostólica *Novo millennio ineunte* (2001). Cf também João Paulo II, *Caros Frades Capuchinhos… (Homilias, discursos, cartas. 1978-2005)*, c. por F. Neri, Itália franciscana, Roma 2006. [↑](#footnote-ref-61)
62. De onde se cita a Encíclica *Caritas in veritate* (2009) e a Exortação Apostólica *Verbum Domini* (2010). [↑](#footnote-ref-62)
63. Cf F. Neri, "O Mistério Trinitário nas Constituições dos Capuchinhos", cit., 275-278. [↑](#footnote-ref-63)
64. As Constituições muitas vezes exigem explicitamente a maturidade humana, em seus aspectos espirituais, intelectuais, psíquicos, afetivos, sexuais (19,3f; 26,4; 30,2; 31,1; 32,1,3; 42,3; 78,1; 96,1; 172,1). Cf G. Salonia, "Maturidade", no *Dicionário de Ciências da Educação*, LAS-LDC-SEI, Roma 1997, 662-665. [↑](#footnote-ref-64)
65. Cf A. Spadaro, «“Acorda o mundo!”. Conversa do Papa Francisco com os Superiores Gerais”, in *La Civiltà Cattolica* 164 (2014/1), 3 nota 1. A carta *Identidade e pertencimento dos Frades Menores Capuchinhos* está ligada ao que foi indicado pelo Papa naquele encontro. [↑](#footnote-ref-65)